

ADENDO MODIFICADOR AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2026

Compras.gov.br nº 90005/2026 - UASG 925509

PROCESSO nº 2025-424

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, por meio de seu Presidente, Desembargador **Laudivon Nogueira**, considerando que a Administração pública, por princípio, pode a qualquer tempo rever seus atos, com vistas a corrigir falhas ou preveni-las, torna público, para conhecimento de todos interessados, que foram alterados as redações dos **itens 136 - BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG** e **142 - Desfibrilador externo automático do Anexo 1 - Termo de Referência do Edital**, conforme a seguir:

1. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 27/05/2026

Horário: 10h00 (horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

2. No Termo de Referência – alterações das redações dos itens 136 - BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG e 142 - Desfibrilador externo automático:

Onde se lê:

ITEM 136 - BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG

BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS, PLATAFORMA E COLUNA EM AÇO CARBONO, PÉS ANTIADERENTES EM BORRACHA SINTÉTICA.

Leia-se:

ITEM 136 - BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG

BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG - O equipamento deverá possuir display LCD (Liquid Crystal Display) de alta visibilidade, destinado à apresentação clara e precisa das informações de pesagem e demais dados operacionais da balança digital antropométrica. O display deverá atender, no mínimo, às seguintes características: 1. Tipo de Display Tela em tecnologia LCD digital, de baixo consumo de energia; Visor com excelente contraste e leitura facilitada; Funcionamento estável em ambientes internos com iluminação comum. 2.

Dimensões e Visualização Tamanho compatível com o equipamento, permitindo visualização confortável pelo operador e pelo usuário; Dígitos amplos e legíveis, preferencialmente com altura mínima adequada para leitura à distância; Possibilidade de leitura frontal sem necessidade de aproximação excessiva. 3. Informações Exibidas O display deverá apresentar, no mínimo: Peso aferido em quilogramas (kg); Indicação de estabilização da pesagem; Indicador de zero automático; Indicador de bateria fraca, quando aplicável; Mensagens operacionais básicas (erro, sobrecarga, instabilidade, etc.). 4. Precisão e Atualização Atualização rápida dos valores aferidos; Exibição estável após estabilização da pesagem; Compatibilidade com a precisão metrológica do equipamento. 5. Iluminação Preferencialmente com backlight (retroiluminação), permitindo leitura em ambientes de baixa luminosidade; Caso não possua backlight, deverá manter excelente visibilidade em condições normais de uso. 6. Resistência e Durabilidade Display protegido contra poeira e uso contínuo; Resistência compatível com ambiente clínico, hospitalar ou institucional; Vida útil compatível com o equipamento. 7. Ergonomia Posicionamento em local estratégico da balança, facilitando a visualização durante a pesagem; Ângulo adequado para leitura pelo operador. 8. Compatibilidade Total integração com os sistemas eletrônicos da balança digital antropométrica; Funcionamento compatível com alimentação elétrica ou bateria do equipamento.

Onde se lê:

ITEM 142 - DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO

DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO. EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA DE ONDA BIFÁSICA, NÃO PESANDO MAIS QUE 2,4KG. DEVE IDENTIFICAR E INTERPRETAR AUTOMATICAMENTE O TRAÇADO DO ECG DO PACIENTE ATRAVÉS DE PÁS ADESIVAS MULTIFUNÇÕES, DESCARTÁVEIS E AUTOADERENTES, COM CABO DE CONEXÃO UNIVERSAL. CAPACIDADE PARA DESFIBRILAÇÃO PEDIÁTRICA, COM DESCARGA DE ENERGIA REDUZIDA EM NO MÁXIMO 50J, E PARA PACIENTE ADULTO, COM ENERGIA DE NO MÁXIMO 200J. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR INDICADORES DE STATUS DA BATERIA, MANUTENÇÃO, VERIFICAÇÃO DAS PÁS, COLOCAÇÃO DAS PÁS, BOTÃO DE CHOQUE E MODO CRIANÇA. MEMÓRIA INTERNA PARA NO MÍNIMO 3 REGISTROS DE ECG DE AO MENOS 30 MINUTOS CADA, COM ANOTAÇÕES PARA UM REGISTRO. COMANDO DE VOZ EM PORTUGUÊS PARA AUXILIAR O SOCORRISTA DURANTE TODO O CICLO DE RESSUSCITAÇÃO. SISTEMA DE AVISO SONORO E VISUAL PARA MANUTENÇÃO, BATERIA FRACA, VERIFICAÇÃO DA BATERIA, CIRCUITOS INTERNOS E CALIBRAÇÃO. CONSTRUÇÃO EM MATERIAL RESISTENTE A IMPACTOS E PADRÃO DE RESISTÊNCIA IP55. BATERIA DE FÁCIL E RÁPIDA TROCA, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS, COM VIDA ÚTIL DE NO MÍNIMO 200 CHOQUES, 4 ANOS NO MODO ESPERA E 7,5 HORAS DE MONITORAÇÃO DE ECG. TEMPO DE INICIALIZAÇÃO ATÉ ESTAR PRONTO PARA REALIZAR UMA DESCARGA DE 200J, NÃO DEVE ULTRAPASSAR 10 SEGUNDOS. AUTOTESTE DIÁRIO E MENSAL. COMUNICAÇÃO BLUETOOTH, INFRAVERMELHO OU WI-FI PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS. GARANTIA DE NO MÍNIMO 5 ANOS, COMPROVADA EM MANUAL DA ANVISA E REGISTRO NA ANVISA. ACESSÓRIOS INCLUSOS: 1 BATERIA DESCARTÁVEL; 1 PAR DE PÁS DESCARTÁVEIS ADULTO/PEDIÁTRICA E 1 MANUAL DO OPERADOR.

Leia-se:

ITEM 142 - DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO

DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO. 2. Características Gerais Equipamento novo, sem uso, portátil, compacto e de fácil transporte; Estrutura robusta e resistente, adequada ao uso institucional contínuo; Operação automática ou semiautomática; Interface intuitiva para utilização por profissionais treinados ou usuários leigos orientados; Equipamento pronto para uso imediato em situações de emergência. 3. Tecnologia de Desfibrilação Sistema de desfibrilação por onda bifásica exponencial truncada (BTE) ou tecnologia equivalente superior; Compensação automática de impedância torácica do paciente; Aplicação precisa da energia conforme necessidade clínica; Maior eficácia com menor agressão miocárdica. 4. Níveis de Energia Energia ajustável automaticamente; Energia máxima de até 200 Joules para adulto; Energia máxima de até 50 Joules para pediatria, por chave seletora, atenuador ou eletrodos pediátricos; Escalonamento progressivo de energia, conforme protocolo clínico. 5. Sistema Inteligente de Análise Análise automática do ECG do paciente; Capacidade de identificar ritmos chocáveis, como: fibrilação ventricular; taquicardia ventricular sem pulso; Tempo de análise inferior a 8 segundos; Bloqueio automático de choque em ritmos não chocáveis; Segurança total contra disparos indevidos. 6. Orientação ao Usuário Comandos de voz em língua portuguesa; Orientações passo a passo durante todo o atendimento; Recursos visuais no painel/tela; Indicações para posicionamento dos eletrodos; Auxílio às manobras de RCP (reanimação cardiopulmonar); Metrônomo ou indicador visual para compressões, quando disponível. 7. Bateria Bateria selada de alta capacidade, tipo Li-MnO ou íons de lítio; Autonomia mínima para: mais de 200 choques, ou mínimo de 4 horas de monitoramento contínuo; Vida útil estimada de até 5 anos em standby; Indicador visual do nível de carga; Alerta de substituição. 8. Tempo de Carga Tempo máximo para carga inferior a 30 segundos; Recarga rápida entre aplicações consecutivas. 9. Eletrodos Eletrodos adesivos descartáveis, autocondutivos; Pré-gelificados; Fácil aplicação; Identificação gráfica de posicionamento; Uso adulto e pediátrico; Cabos resistentes e conectores próprios do fabricante. 10. Memória e Registro de Dados Memória interna para armazenamento mínimo de: 24 horas de ECG, e 1.000 eventos; Registro de: data e hora; análises realizadas; choques aplicados; tempo de atendimento; eventos operacionais. 11. Conectividade Transferência de dados via: USB, e/ou Wi-Fi; Compatibilidade com software do fabricante; Exportação de relatórios clínicos e operacionais. 12. Display e Interface Tela LCD ou painel luminoso de fácil leitura; Indicadores de: equipamento pronto; bateria; manutenção; erro operacional; choque recomendado. 13. Autotestes e Segurança Autotestes automáticos periódicos de: bateria; circuito interno; capacidade de carga; eletrodos (quando aplicável); Sistema de bloqueio para evitar choques acidentais; Isolamento elétrico de segurança; Alarmes visuais/sonoros de falha. 14. Estrutura Física Peso aproximado entre 1,9 kg e 2,5 kg; Alça ou bolsa de transporte; Design ergonômico; Resistência à água e poeira; Operação em temperatura entre 0°C e 50°C. 15. Acessórios Incluídos 01 bateria instalada; 01 par de eletrodos adultos; 01 par de eletrodos pediátricos ou sistema equivalente; Bolsa/maleta de transporte; Manual em português; Cabo USB, se aplicável. 16. Certificações Registro ativo na ANVISA; Certificação INMETRO, quando aplicável; Conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais. 17. Garantia Garantia mínima de _ meses; Aceitação de termo de garantia emitido pelo fabricante; Rede de assistência técnica autorizada no Brasil.

Ficam inalterados os demais termos.



Documento assinado eletronicamente por **LAUDIVON DE OLIVEIRA NOGUEIRA, Presidente** em
29/04/2026 às 16:44:52.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço
<http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a
chancela DSN9.WSTJ.BABH.V6OE

TERMO DE REFERÊNCIA Nº

Processo nº 2025-424

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo e permanentes, compreendendo itens odontológicos, médicos, de enfermagem, fisioterapia e psicológicos, bem como materiais destinados à gestão documental e à conservação do acervo físico documental e bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD. MÍN.	QTD. MÁX.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	SUGADOR ODONTOLÓGICO, PRODUTO DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, CONFECCIONADO COM MATERIAL ATÓXICO, PONTA FLEXÍVEL, PERMANECE NA POSIÇÃO DESEJADA, FÁCIL ADAPTAÇÃO NO EQUIPAMENTO, CORES VARIADAS, PACOTE COM 40 UNIDADES. SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 UNIDADES	PCT	10	30	22,45	673,50
2	ÁCIDO GEL 37% FOSFÓRICO, EMBALAGEM EM BLISTER COM 3 SERINGAS DE 2,5ML	UND	5	20	14,44	288,80
3	MÁSCARA DESCARTÁVEL BRANCA, TRIPLA, ANTIALÉRGICA, ATÓXICA COM 50 UNIDADES	CX	100	350	27,35	9.572,50
4	BABADOR ODONTOLÓGICO CONTENDO 100 UNIDADES	CX	5	10	23,33	233,30
5	PRENDEDOR DE GUARDANAPO CONFECCIONADO EM CORRENTE COM ELOS TRANÇADOS NO TAMANHO DE 45 CM, COM PRENDEDOR TIPO JACARÉ NAS EXTREMIDADES	UND	1	5	20,13	100,65
6	ADESIVO DENTINÁRIO ADPER SINGLE BOND 2	UND	5	10	175,75	1.757,50
7	MICROBRUSH (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PCT	15	25	23,59	589,75
8	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO LIDOCAÍNA 3% COM VASOCONSTRITOR, COM 50 TUBETES. PROCEDIMENTO DE EXODONTIA E DENTÍSTICA	UND	5	10	107,04	1.070,40
9	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3%. EPINEFRINA SEM VASO, UTILIZADO PARA PACIENTES COM COMORBIDADES	UND	1	3	163,15	489,45
10	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA CURTA 30G, 22MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1	5	60,97	304,85
11	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA LONGA, 27G. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	2	5	56,36	281,80
12	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO BENZOTOP TUTTI FRUTTI, 200 MG/G, PARA ANESTESIA TÓPICA	UND	1	6	38,84	233,04
13	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 13 FIOS, PACOTE C 500 UND	PCT	6	20	55,02	1.100,40

14	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, 1 LITRO	UND	300	1000	11,20	11.200,00
15	ROLO AUTO SELANTE 150MM X 100M, PARA ENVELOPAR INSTRUMENTAIS	UND	1	10	96,74	967,40
16	FIO DE SUTURA (CAIXA COM 24 ENVELOPES) NYLON 3 0 1/1CÍRCULO, 1,7CM, PRETA TRANÇADA, CLASSE 2	CX	1	3	45,83	137,49
17	PASTA PROFILÁTICA SEM ÓLEO DE 90GR COM FLUÓR, MENTA.	UND	10	15	4,81	72,15
18	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO, 200ML, COM BICO DOSADOR, PARA LUBRIFICAR CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	1	3	42,24	126,72
19	ÓLEO LUBRIFICANTE BAIXA ROTAÇÃO, 200 ML, COM BICO DOSADOR, PARA LUBRIFICAR MICROMOTOR E CONTRA ÂNGULO	UND	1	3	40,81	122,43
20	OBTURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL 20G, PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVOS	UND	1	5	40,75	203,75
21	PAPEL CARBONO ODONTOLÓGICO PARA REGISTRO DE OCLUSAO EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	CX	5	10	4,66	46,60
22	TIRA ABRASIVA DE POLIÉSTER PARA POLIMENTO, CAIXA COM 150 UNIDADES	CX	1	5	15,42	77,10
23	TIRA AIRON DE AÇO, 4MM, CAIXA COM 12 UNIDADES, PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA	CX	1	5	16,24	81,20
24	TIRA AIRON POLIÉSTER, PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA, CX. COM 12 UNID.	CX	1	5	8,67	43,35
25	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA, POLIMERIZADA POR LUZ COR C 2	UND	1	5	40,07	200,35
26	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA, POLIMERIZADA POR LUZ COR UNIVERSA	UND	1	5	45,52	227,60
27	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA, POLIMERIZADA POR LUZ COR C 3	UND	1	5	44,86	224,30
28	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5	38,70	193,50
29	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5	18,30	91,50
30	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5	17,36	86,80
31	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3-5, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5	12,10	60,50
32	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A-4, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5	81,68	408,40
33	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5	13,40	67,00
34	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5	71,00	355,00
35	IONÔMETRO DE VIDRO PARA FORRO DE CAVIDADES, EMBALAGEM COM 10G PÓ + 13ML LÍQUIDO	UND	1	5	59,40	297,00
36	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE	UND	10	20	19,05	381,00
37	AVENTAL DESCARTÁVEL DE MANGAS LONGAS, CAIXA COM 100 UN	CX	25	100	46,35	4.635,00
38	TOUCA DESCARTÁVEL CX. C/100 UNID SANFONADA, NA COR BRANCA	CX	20	100	19,35	1.935,00
39	BROCA ODONTOLÓGICA CARBIDE CA 1	UND	1	5	16,23	81,15
40	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1014	UND	10	15	13,48	202,20
41	BROCA CARBIDE FG 2	UND	2	5	14,01	70,05
42	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 KG FG 1. POLIMENTO DE RESINA E DESGASTE	UND	2	5	7,85	39,25
43	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 ZEEP. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	10	20	7,33	146,60

44	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1015. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	15	30	9,67	290,10
45	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1016	UND	15	30	15,13	453,90
46	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO SOFLEX 1/2 SORTIDO COM 50 UN., 12,7 MM	CX	1	5	252,27	1.261,35
47	PONTA ENHANCE SORTIDO. SISTEMA DE ACABAMENTO DE COMPÓSITOS DE ALTA PERFORMANCE. CAIXA COM 7 PONTAS NO FORMATO (CHAMA DE VELA, TAÇA E DISCO). POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO	CX	1	5	172,00	860,00
48	BROCA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 10014HL	UND	5	10	13,60	136,00
49	BROCA OU PONTA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 1012. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	5	10	9,50	95,00
50	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADAS Nº 1013. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	20	30	10,26	307,80
51	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1111F. POLIMENTO DE RESINAS	UND	15	30	18,23	546,90
52	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1190EF. POLIMENTO DE RESINAS	UND	10	20	22,35	447,00
53	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200F PARA POLIMENTO DE RESINA	UND	10	20	9,59	191,80
54	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200EF	UND	10	20	10,98	219,60
55	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118EF. POLIMENTO DE RESINA	UND	10	20	20,71	414,20
56	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118F. POLIMENTO DE RESINA	UND	10	20	13,00	260,00
57	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3138F. POLIMENTO DE RESINA	UND	6	12	6,73	80,76
58	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA 3168. DESGASTE DE ESMALTE E DENTINA	UND	5	10	16,19	161,90
59	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3168EF. DESGASTE DE DENTINA	UND	5	10	19,48	194,80
60	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3195F. DESGASTE DE DENTINA E RESINA	UND	6	12	10,84	130,08
61	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1191F. DESGASTE DE DENTINA E RESINA	UND	6	15	9,74	146,10
62	CAPAS DESCARTÁVEIS PARA SERINGA TRÍLICE, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	UND	1	5	31,33	156,65
63	PINÇA ANATÔMICA PONTA FINA (14CM) EM METAL, PARA PEGAR ROLETE DE ALGODÃO	UND	10	20	20,19	403,80
64	MATRIZ EM AÇO INOX PARA RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA COM 5 MM DE ALTURA, COM 500 MILÍMETROS DE COMPRIMENTO E 0,05 MILÍMETROS DE ESPESSURA. PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA	UND	5	15	5,24	78,60
65	CABO PARA ESPELHO BUCAL INOX	UND	5	20	14,06	281,20
66	ESPELHO BUCAL Nº 05	UND	5	20	10,59	211,80
67	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO PARA PROCEDIMENTO DE RESTAURAÇÃO PUSH BUTTON	UND	1	4	1.418,33	5.673,32
68	FLUGEL, FLÚOR NEUTRO GEL, 200 ML, GEL DE FLUORETO DE SÓDIO A 2% DISPONIBILIDADE: IMEDIATA TIXOTRÓPICO (NÃO ESCORRE) E COM PH NEUTRO COMPOSIÇÃO : FLUORETO DE SÓDIO A 2%	UND	10	20	15,58	311,60
69	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO. CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	1	5	121,38	606,90
70	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UND	1	5	113,47	567,35
71	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UND	1	5	118,86	594,30
72	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UND	1	5	100,17	500,85

73	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	UND	1	5	108,24	541,20
74	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	UND	10	15	103,21	1.548,15
75	SONDA EXPLORADORA Nº 5, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UND	10	20	11,26	225,20
76	KIT ALAVANCA SELDIN KIT COM 3 UNIDADES (1 ALAVANCA CURVA ESQUERDA, 1 ALAVANCA CURVA DIREITA E 1 ALAVANCA RETA)	KIT	1	5	128,14	640,70
77	ALAVANCA SELDIN RETA 2 ADULTO	UND	1	5	49,46	247,30
78	ALGODAO ROLETE 100UN PACOTE COM 100 UNIDADES; PRODUZIDO COM FIBRAS 100% NATURAIS, COR BRANCA	PCT	25	50	3,77	188,50
79	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 22G, COMPOSTO POR UMA AGULHA E REVESTIMENTO FLEXÍVEL COM 100 UN	CX	1	2	137,67	275,34
80	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 24 G, COMPOSTO POR UMA AGULHA E REVESTIMENTO FLEXÍVEL COM 100 UN	CX	1	2	135,82	271,64
81	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DE LÁTEX, TAMANHO 7,5	CX	1	5	49,00	245,00
82	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL, AUTOMÁTICO PARA BRAÇO, ADULTO, DISPLAY DIGITAL BOLSA DE TRANSPORTE; ALIMENTAÇÃO PILHAS ALCALINAS AAA; COR BRANCA; REGISTRO ANVISA.	UND	15	30	312,97	9.389,10
83	SORO RINGER LACTATO 250 ML, PARA REIDRATAÇÃO E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO HIDROELETROLÍTICO	UND	10	50	7,88	394,00
84	SORO FISIOLÓGICO A 0,9% BOLSA 250ML	UND	50	100	8,78	878,00
85	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25X0,7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1	2	46,10	92,20
86	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA, EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1	2	46,48	92,96
87	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML COM AGULHA	CX	1	2	46,64	93,28
88	SERINGA DESCARTÁVEL COM AGULHA 3ML	CX	1	3	42,87	128,61
89	GARROTE PREMIUM, FECHO EM PVC, PERMITE UM AJUSTE FÁCIL E CONFORTÁVEL ADULTO	UND	1	10	12,98	129,80
90	ATADURA CREPE, CONFECCIONADA EM TECIDO MISTO COM 10 CM DE LARGURA E 4,5 METROS DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 12 UNIDADES	UND	5	10	9,60	96,00
91	ATADURA CREPE, CONFECCIONADA EM TECIDO MISTO COM 15 CM DE LARGURA E 4,5 METROS DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 12 UNIDADES	UND	10	15	24,49	367,35
92	ALMOTILIA BICO RETO 500 ML, TRANSPARENTE	UND	5	30	8,54	256,20
93	ALGODÃO EM BOLAS CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO. MACIO E ABSORVENTE. PESO LÍQUIDO = 95G. COR BRANCA	PCT	30	50	9,02	451,00
94	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	50	13,60	680,00
95	TIRAS REAGENTES PARA AFERIÇÃO DE ÍNDICE GLICÊMICO, COMPATÍVEIS COM O MODELO DO APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE. PACOTE COM 50 UNID	PCT	50	200	68,57	13.714,00
96	APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE DIGITAL COM DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE E REGISTRO NA ANVISA	UND	10	10	102,61	1.026,10
97	ÁLCOOL GEL 70º INPM, 500ML	UND	10	100	6,06	606,00
98	FITA MÉTRICA DE 1,5 METROS PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS	UND	5	30	10,20	306,00
99	EQUIPO DE INFUSÃO MACROGOTAS COMPLETO PCT COM 50 UNI	PCT	2	6	64,14	384,84
100	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	15	30	104,65	3.139,50
101	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO G , EMBALAGEM PLASTICA NÃO ESTERIL	UND	30	100	3,72	372,00

102	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M, EMBALAGEM PLASTICA NÃO ESTERIL	UND	200	400	2,49	996,00
103	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P, EMBALAGEM PLASTICA NÃO ESTERIL	UND	100	200	3,55	710,00
104	LENÇOL HOSPITALAR DE TNT DESCARTÁVEL PARA MACA, COM ELÁSTICO SOFT 200X90CM, PACOTE COM 10 UNIDADES	UND	10	30	24,92	747,60
105	ROLO LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR 70CM X 50M PARA MACA CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	30	50	22,93	1.146,50
106	PANOS MULTIUSO PERFEX 20X40CM ROLO 240M LIMPEZA ROLO	UND	5	10	90,00	900,00
107	MESA ELÉTRICA PARA EXAMES, COM MOVIMENTOS E ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS COM EXAME GINECOLÓGICO, OBSTÉTRICO, PROCTOLÓGICO, ENTRE OUTROS PROCEDIMENTOS COMO ELEVÇÃO/ABAIXAMENTO TOTAL, ELEVÇÃO/REBAIXAMENTO PERNEIRA, ELEVÇÃO/ABAIXAMENTO DO ENCOSTO, POSIÇÃO CADEIRA E POSIÇÃO MACA	UND	1	2	19.541,09	39.082,18
108	LENÇO DE PAPEL FACIAL DUPLOS CAIXA COM 100 UNI	CX	25	50	9,41	470,50
109	FIXADOR CITOLÓGICO, COMPOSIÇÃO SOLUÇÃO DE PROPILENOGLICOL 10% E ÁLCOOL ABSOLUTO, USO FIXAÇÃO DE ESFREGAÇOS DE MATERIAL COLHIDO DA EXTOCÉRVICE, ENDOCÉRVICE, PAREDE VAGINAL, 100ML	UND	2	5	13,73	68,65
110	CURATIVO ANTISSÉPTICO PARA USO NA SUPERFÍCIE DA PELE CX 10 UNID	CX	10	50	32,18	1.609,00
111	CURATIVO ADESIVO REDONDO UTILIZADO NA SUPERFÍCIE DA PELE PARA HEMOSTASIA APÓS A PUNÇÃO VENOSA E A VACINAÇÃO PCT COM 500	PCT	5	10	25,47	254,70
112	ÁGUA OXIGENADA 10V, EMBALAGEM DE 1 LITRO	FRASCO	1	5	13,02	65,10
113	CLOREXIDINA GEL 2X3 GRAMAS, COM 1 LITRO	UND	2	3	30,55	91,65
114	ANTISSÉPTICO TÓPICO DA PELE E MUCOSA A BASE DE IODOPOVIDONA PARA CURATIVOS, FRASCO COM 1 LITRO	UND	2	5	48,66	243,30
115	RECIPIENTE PLASTICO COM TAMPA, DE 15 LITROS	UND	5	10	39,02	390,20
116	RECIPIENTE PLASTICO COM TAMPA, 05 A 07 LITROS	UND	2	5	25,40	127,00
117	ESFIGMOMANÔMETRO MEDIDOR DE PRESSÃO	UND	6	15	350,33	5.254,95
118	ESTETOSCÓPIO, COR PRETO, COM DIAFRAGMAS AJUSTÁVEIS DE TECNOLOGIA 3M, HASTES AJUSTÁVEIS	UND	6	15	454,44	6.816,60
119	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML DESTILADA ESTÉRIL SOLUÇÃO CX 200 UNIDADES	CX	1	2	90,15	180,30
120	FRASCO BORRIFADOR PLÁSTICO 500 ML	UN	50	100	11,03	1.103,00
121	PAPEL TOALHA PACOTE COM 2 ROLOS DE 60 TOALHAS MED. 22CMX20CM	PCT	500	1000	7,63	7.630,00
122	KIT PAPANICOLAU COM UMA ESPÁTULA DE AYRES, UMA ESCOVA CÉRVICA, UMA LÂMINA DE VIDRO E UMA CAIXA PORTA LÂMINAS	KIT	150	300	7,24	2.172,00
123	RÉGUA ANTROMÉTRICA PEDIÁTRICA	UN	3	6	139,54	837,24
124	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 MM CX COM 100 UN	CX	1	1	22,03	22,03
125	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 MM CX COM 100 UN	CX	1	2	22,03	44,06
126	LÂMINA DE BISTURI N° 10 CX COM 100 UN	CX	2	5	41,98	209,90
127	LÂMINA DE BISTURI N° 11 CX COM 100 UN	CX	2	5	41,93	209,65
128	LANTERNA CLINICA LED	UND	6	10	54,56	545,60
129	TESTE SOROLÓGICO PARA COVID 19 (SWAB)	UND	250	500	13,04	6.520,00
130	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ, CAIXA COM 50 PARES, TAMANHO P	CX	50	100	27,06	2.706,00

131	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ, CAIXA COM 50 PARES, TAMANHO M	CX	100	200	25,39	5.078,00
132	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ, CAIXA COM 50 PARES, TAMANHO G	CX	30	50	54,00	2.700,00
133	CAIXA TÉRMICA 18 LITROS	UND	2	4	54,83	219,32
134	OTOSCÓPIO DIGITAL COM PINÇA ROBÓTICA 2 EM 1, PINÇA E HASTE O DISPOSITIVO INTELIGENTE	UND	1	2	448,66	897,32
135	OTOSCÓPIO FIBRA ÓTICA COM ESTOJO RÍGIDO, ESPÉCULOS AURICULARES AUTOCLAVÁVEIS, 2,5, 3,0, 4,0, 5,0, E 10 MM, ESPÉCULOS PARA OUVIDO 2,5MM E 4,0MM, CABO EM METAL, CABEÇA ABS E AÇO INOX	UND	3	5	433,33	2.166,65
136	BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG - O equipamento deverá possuir display LCD (Liquid Crystal Display) de alta visibilidade, destinado à apresentação clara e precisa das informações de pesagem e demais dados operacionais da balança digital antropométrica. O display deverá atender, no mínimo, às seguintes características: 1. Tipo de Display Tela em tecnologia LCD digital, de baixo consumo de energia; Visor com excelente contraste e leitura facilitada; Funcionamento estável em ambientes internos com iluminação comum. 2. Dimensões e Visualização Tamanho compatível com o equipamento, permitindo visualização confortável pelo operador e pelo usuário; Dígitos amplos e legíveis, preferencialmente com altura mínima adequada para leitura à distância; Possibilidade de leitura frontal sem necessidade de aproximação excessiva. 3. Informações Exibidas O display deverá apresentar, no mínimo: Peso aferido em quilogramas (kg); Indicação de estabilização da pesagem; Indicador de zero automático; Indicador de bateria fraca, quando aplicável; Mensagens operacionais básicas (erro, sobrecarga, instabilidade, etc.). 4. Precisão e Atualização Atualização rápida dos valores aferidos; Exibição estável após estabilização da pesagem; Compatibilidade com a precisão metrológica do equipamento. 5. Iluminação Preferencialmente com backlight (retroiluminação), permitindo leitura em ambientes de baixa luminosidade; Caso não possua backlight, deverá manter excelente visibilidade em condições normais de uso. 6. Resistência e Durabilidade Display protegido contra poeira e uso contínuo; Resistência compatível com ambiente clínico, hospitalar ou institucional; Vida útil compatível com o equipamento. 7. Ergonomia Posicionamento em local estratégico da balança, facilitando a visualização durante a pesagem; Ângulo adequado para leitura pelo operador. 8. Compatibilidade Total integração com os sistemas eletrônicos da balança digital antropométrica; Funcionamento compatível com alimentação elétrica ou bateria do equipamento.	UND	3	5	1.477,50	7.387,50
137	BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL ELETÔNICA, 15KG, INOX, GABINETE FABRICADO EM ABS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DISPLAY EM CRISTAL LÍQUIDO (LCD) BACKLIGHT	UND	2	3	779,32	2.337,96
138	NEGATOSCÓPIO ULTRA SLIM TELERRADIOGRÁFICO, 2 CORPOS, PARA PAREDE; CHAPA EM AÇO ESMALTADA; ALTURA 0,75CM; LARGURA 0,46CM	UND	3	5	443,33	2.216,65
139	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO PARA ULTRASSOM. CAIXA COM 144 UNIDADES	CX	5	10	62,21	622,10
140	MACA DOBRÁVEL PORTÁTIL, COR PRETA, CAPACIDADE 230KG, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO NOBRE E RESISTENTE; DENSIDADE DA ESPUMA D28; REVESTIMENTO EM TECIDO SINTÉTICO; TRAVA DE SEGURANÇA EM TODOS OS PÉS; 4 RODINHAS PARA TRANSPORTE	UND	1	2	732,83	1.465,66
141	PAPEL FOTOGRÁFICO BRANCO BRILHANTE A4 (210MM X 297MM) 180G/M2, PACOTE COM 100 FOLHAS	PCT	200	400	30,50	12.200,00

142	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO. 2. Características Gerais Equipamento novo, sem uso, portátil, compacto e de fácil transporte; Estrutura robusta e resistente, adequada ao uso institucional contínuo; Operação automática ou semiautomática; Interface intuitiva para utilização por profissionais treinados ou usuários leigos orientados; Equipamento pronto para uso imediato em situações de emergência. 3. Tecnologia de Desfibrilação Sistema de desfibrilação por onda bifásica exponencial truncada (BTE) ou tecnologia equivalente superior; Compensação automática de impedância torácica do paciente; Aplicação precisa da energia conforme necessidade clínica; Maior eficácia com menor agressão miocárdica. 4. Níveis de Energia Energia ajustável automaticamente; Energia máxima de até 200 Joules para adulto; Energia máxima de até 50 Joules para pediatria, por chave seletora, atenuador ou eletrodos pediátricos; Escalonamento progressivo de energia, conforme protocolo clínico. 5. Sistema Inteligente de Análise Análise automática do ECG do paciente; Capacidade de identificar ritmos chocáveis, como: fibrilação ventricular; taquicardia ventricular sem pulso; Tempo de análise inferior a 8 segundos; Bloqueio automático de choque em ritmos não chocáveis; Segurança total contra disparos indevidos. 6. Orientação ao Usuário Comandos de voz em língua portuguesa; Orientações passo a passo durante todo o atendimento; Recursos visuais no painel/tela; Indicações para posicionamento dos eletrodos; Auxílio às manobras de RCP (reanimação cardiopulmonar); Metrônomo ou indicador visual para compressões, quando disponível. 7. Bateria Bateria selada de alta capacidade, tipo Li-MnO ou íons de lítio; Autonomia mínima para: mais de 200 choques, ou mínimo de 4 horas de monitoramento contínuo; Vida útil estimada de até 5 anos em standby; Indicador visual do nível de carga; Alerta de substituição. 8. Tempo de Carga Tempo máximo para carga inferior a 30 segundos; Recarga rápida entre aplicações consecutivas. 9. Eletrodos Eletrodos adesivos descartáveis, autocondutivos; Pré-gelificados; Fácil aplicação; Identificação gráfica de posicionamento; Uso adulto e pediátrico; Cabos resistentes e conectores próprios do fabricante. 10. Memória e Registro de Dados Memória interna para armazenamento mínimo de: 24 horas de ECG, e 1.000 eventos; Registro de: data e hora; análises realizadas; choques aplicados; tempo de atendimento; eventos operacionais. 11. Conectividade Transferência de dados via: USB, e/ou Wi-Fi; Compatibilidade com software do fabricante; Exportação de relatórios clínicos e operacionais. 12. Display e Interface Tela LCD ou painel luminoso de fácil leitura; Indicadores de: equipamento pronto; bateria; manutenção; erro operacional; choque recomendado. 13. Autotestes e Segurança Autotestes automáticos periódicos de: bateria; circuito interno; capacidade de carga; eletrodos (quando aplicável); Sistema de bloqueio para evitar choques acidentais; Isolamento elétrico de segurança; Alarmes visuais/sonoros de falha. 14. Estrutura Física Peso aproximado entre 1,9 kg e 2,5 kg; Alça ou bolsa de transporte; Design ergonômico; Resistência à água e poeira; Operação em temperatura entre 0°C e 50°C. 15. Acessórios Inclusos 01 bateria instalada; 01 par de eletrodos adultos; 01 par de eletrodos pediátricos ou sistema equivalente; Bolsa/maleta de transporte; Manual em português; Cabo USB, se aplicável. 16. Certificações Registro ativo na ANVISA; Certificação INMETRO, quando aplicável; Conformidade com normas técnicas nacionais e internacionais. 17. Garantia Garantia mínima de _ meses; Aceitação de termo de garantia emitido pelo fabricante; Rede de assistência técnica autorizada no Brasil.	UND	3	30	6.716,00	201.480,00
143	MALA EM POLIETILENO REFORÇADO PARA ULTRASSON MINDRAY Z66, PARA 4 TRANSDUTORES, COM BLOCO DE ESPUMA, CARRILHO TUBULAR EMBUTIDO E 04 RODAS GIRATÓRIAS	UND	1	2	4.968,82	9.937,64
144	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM, UTILIZADO PARA TRANSMISSÃO ULTRASSÔNICA EM APARELHOS DE ULTRASSONOGRÁFIA, 2KG	UND	25	100	19,46	1.946,00
145	KIT REFIL DE TINTA EPSON ECO TANK L4260, 4 CORES (BLACK COM 127 ML, CYAN, MAGENTA E YELLOW COLORIDAS COM 70ML)	KIT	30	50	107,58	5.379,00
146	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ACUPUNTURA 0,25X30. CAIXA COM 1000 AGULHAS. UTILIZADA EM TERAPIAS INTEGRATIVAS COMO DRY NEEDLING E ACUPUNTURA	CX	10	20	147,94	2.958,80

147	HAND GRIP MÉDIO SLBS/ 2,27KG. COM 3 INTENSIDADES, PARA FORTALECIMENTO DOS DEDOS, MÃOS E ANTEBRAÇOS; PERMITE TRABALHAR CADA DEDO ISOLADAMENTE EM UMA MOLA INDIVIDUAL OU TODOS OS DEDOS E TAMBÉM PROMOVE A ESTABILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PUNHO	UND	1	2	40,11	80,22
148	MASSAGEADOR ELÉTRICO PISTOLA, USADO EM FISIOTERAPIA. EQUIPADO COM 4 TIPOS DE CABEÇAS DE MASSAGEM; PODE SER COMUTADA, CABEÇAS DE MASSAGEM PERSONALIZADA SUAVES; A CABEÇA DE MASSAGEM PADRÃO É ADEQUADA PARA PEQUENOS GRUPOS MUSCULARES; A GRANDE CABEÇA DE MASSAGEM É ADEQUADA PARA GRANDES GRUPOS MUSCULARES; BATERIA DE LÍTIO DE 12V 2000MAH; 1,5 HORA DE CARREGAMENTO, ATÉ 5 HORAS DE USO; 6 VELOCIDADES DE DESLOCAMENTO AJUSTÁVEIS. ESPECIFICAÇÕES: ENTRADA DE TENSÃO 100-240V 50/60HZ; TENSÃO 7-12V AC/1A; MATERIAL PP + ABS; MATERIAL DA CABEÇA DE MASSAGEM PP; CAPACIDADE 2000MAH; HORAS DE TRABALHO 4-5 HORAS; MODO DE COMUTAÇÃO INTERRUPTOR DUPLO; FORÇA 6 ENGRENAGENS LED AJUSTÁVEL; VELOCIDADE SEM CARGA ATÉ 3600R/MIN (NÍVEL 1: 2100R/MIN, NÍVEL 2: 2400R/MIN, NÍVEL 3: 2700R/MIN, NÍVEL 4: 3000/MIN, NÍVEL 5: 3300/MIN, NÍVEL 6: 3600/MIN); PESO 1,5 KG; DIMENSÃO 21,8 X 22 X 6 CM	UND	1	2	535,82	1.071,64
149	KIT COM 3 UNIDADES DE FAIXA ELÁSTICA; COMPOSIÇÃO TPE; PROMOVE TREINOS DE FORTALECIMENTO MUSCULAR; POSSIBILITA A POTENCIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS	KIT	3	5	104,66	523,30
150	BOLSA TÉRMICA COMPRESSA QUENTE/FRIA; SAQUINHO GELO; FLEXÍVEL; REUTILIZÁVEL; TAMPA DE ROSCA; TAMANHO 15 CM; TECIDO FLEXÍVEL	UND	10	20	28,91	578,20
151	BOLSA TÉRMICA GEL; GRANDE QUENTE/FRIA; MOLDA-SE AO CORPO; PESO 0,35 KG	UND	5	20	21,64	432,80
152	SOLENOIDE TÚNEL PARA MAGNETOTERAPIA PARA TRATAMENTO EM EXTREMIDADES (BRAÇOS E PERNAS). DIMENSÕES 0,59 X 0,47 X 0,37CM	UND	1	2	1.554,67	3.109,34
153	KIT COM 4 UNIDADES DE ELETRODOS DE SILICONE CONDUTIVO 5X3	KIT	10	20	178,67	3.573,40
154	FITA CREPE 18MM X 50M	UN	50	100	10,00	1.000,00
155	ESTETOSCÓPIO DIGITAL COM ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE; TELA COLORIDA E CAPTURA DE ECG DE 3 DERIVAÇÕES; BATERIA RECARREGÁVEL POR ATÉ 60 HORAS; DE USO CLÍNICO REGULAR; DETECÇÃO DE SOPRO E AFIB.; AUDIÇÃO SEM FIO POR MEIO DE DISPOSITIVOS HABILITADOS PARA BLUETOOTH; PERMITE O USO DO ESTETOSCÓPIO COM OU SEM O FONE DE OUVIDO FORNECIDO	UND	5	10	5.522,39	55.223,90
156	TAPETE COLCHONETE PARA EVA, PILATES, 1M X 0,50CM X 10MM. MATERIAL ACETATO VINILO DE ETILENO; PESO 250 GRAMAS	UND	15	60	36,49	2.189,40
157	TAPETE COLCHONETE PARA EVA PILATES, 1,80M X 0,50CM X 10MM. MATERIAL ACETATO VINILO DE ETILENO; PESO 250 GRAMAS	UND	15	60	87,67	5.260,20
158	COLCHONETE FUTON COLCHÃO SOLTEIRO DOBRÁVEL ENROLÁVEL DECORATIVO ALMOFADA CORES MACIO ACAMPAMENTO	UND	1	5	112,50	562,50
159	MACA DOBRÁVEL (VIRA MALETA), DUAS ALÇAS, PÉS COM REGULAGEM DE ALTURA, ALTURA 62-86CM / LARGURA 70-90CM / COMPRIMENTO 186-216CM	UND	1	3	732,83	2.198,49
160	CINTO DE MULLIGAN MAITLAND, PRODUTO ESPECIALIZADO PARA TERAPIAS MANUAIS, IDEAL PARA PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA E OSTEOPATIA. COMPRIMENTO DE 2.3 M E LARGURA DE 5 CM	UND	1	10	65,42	654,20
161	KIT COM 5 INSTRUMENTOS DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL (1 SOCO, 1 SOCO ANATÔMICO, 1 GANCHO, 1 PONTO GATILHO E 1 BASTÃO)	KIT	1	10	563,33	5.633,30

162	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA (SISTEMA TETRAPOLAR DE 8 ELETRODOS BIOIMPEDÂNCIÔMETRO MULTIFREQUENCIAL SEGMENTAR DSM BIA). AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL: PESO TOTAL, MASSA MUSCULAR, % GORDURA, TAXA METABÓLICA BASAL, GORDURA VISCERAL, ESTIMATIVA DE GORDURA SEGMENTAR, GRAU DE OBESIDADE, CÓDIGO QR PARA ACESSO À INTERPRETAÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TAMANHO 392L X 434P X 55A; COR BRANCA; DISPLAY LCD 48X54; PESO DO EQUIPAMENTO 4,3KG; BALANÇA DIGITAL INCORPORADA, QUE GERA FOLHA DE RESULTADOS EM FORMATO A4 NA TELA DO COMPUTADOR ATRAVÉS DO SOFTWARE. FAIXA DE IDADE 3 A 99 ANOS; FAIXA DE PESO 10 A 180KG; FAIXA DE ALTURA 50-250CM; INTERFACE EXTERNA VIA BLUETOOTH	UND	1	3	879,76	2.639,28
163	BALANÇA ELETRÔNICA ADULTO W 200 A, CAPACIDADE MÁXIMA 200KG, DIVISÕES DE 100G, RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA DE 2,00 M EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM DIVISÃO DE 0,5 CM, DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA, PLATAFORMA 340 X 390 MM, ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO, PINTURA POLIÉSTER A PÔ NA COR BRANCA, TAPETE ADESIVO EM PVC, PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA, FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO, FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA, HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM. PESO BRUTO 12,400 KG, PESO LÍQUIDO 10,900 KG, ALTURA (CM) 125, LARGURA (CM) 35, COMPRIMENTO (CM) 51, VOLUME (M³) 0,2231.	UND	1	5	1.578,33	7.891,65
164	ESTADIOMETRO PORTATIL BASE E PEÇAS EM ABS LEVE E ALTAMENTE RESISTÍVEL AFERIÇÃO 20CM A 210 CM / GRADUAÇÃO 0,1 CM / PESO APROXIMADO 2,6 KG / DIMENSÕES SEM CAIXA LARG 36CM X COMP 67 X ALT 13CM / COR BASE PRETO / COR MEDIDOR DE ALTURA CINZA / COR DA RÉGUA BRANCA / ESTABILIZADOR PARA ENCOSTAR NA PAREDE PROPORCIONANDO MAIOR ESTABILIDADE À REGUA DE MEDIÇÃO.	UND	1	4	281,67	1.126,68
165	ADIPOMETRO CLINICO. AMPLITUDE DE LEITURA (NORMALMENTE ENTRE 60 E 80 MM), RESOLUÇÃO (EM MILÍMETROS, COM MODELOS CIENTÍFICOS OFERECENDO DÉCIMOS DE MILÍMETRO), E PRESSÃO DAS MOLAS (CONSTANTE, COMO 10G/MM² OU 9,8G/MM²), FABRICADOS EM ALUMÍNIO E SEM PARAFUSOS, CERTIFICAÇÃO DA ANVISA E UM LAUDO DE CALIBRAÇÃO PARA GARANTIR A QUALIDADE E PRECISÃO DAS MEDIÇÕES.	UND	1	5	94,28	471,40
166	TRENA ANTROPOMÉTRICA INELÁSTICA DE FIBRA DE VIDRO OU AÇO, COM COMPRIMENTO DE 1,5M A 2M, QUE MEDEM CIRCUNFERÊNCIAS E PERÍMETROS CORPORAIS, OFERECENDO LEITURA EM MILÍMETROS. CARACTERIZAM-SE POR SEREM MALEÁVEIS, POSSUÍREM TRAVA OU RETRAÇÃO AUTOMÁTICA PARA FIXAÇÃO DA FITA, ESTOJO DE ABS, E ALGUNS MODELOS INCLUEM UM DISCO DE IMC PARA CÁLCULO RÁPIDO DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL.	UND	1	5	23,00	115,00
167	DINAMÔMETRO DIGITAL ALTA PRECISÃO NA MEDIDA DE FORÇA, CAPTURA AUTOMÁTICA DA FORÇA MÁXIMA, ARMAZENAMENTO E RELEITURA DE RESULTADOS PARA DIFERENTES USUÁRIOS, DESIGN ERGONÔMICO, MANIVELA AJUSTÁVEL E SENSOR DE FORÇA DE ALTA PRECISÃO. DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD) PARA FÁCIL VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS. UNIDADE DE MEDIDA (KG/LB), CAPACIDADE MÁXIMA (90KG/198LB), DIVISÃO (0.1KG/0.2LB), ALIMENTAÇÃO (2 X 1.5V BATERIAS AAA), EXATIDÃO (+/- 0.5KG/1LB), AMBIENTE DE OPERAÇÃO (TEMPERATURA 0-35°C; UMIDADE RELATIVA=30-90%) E PESO (319G), ALÉM DAS DIMENSÕES (19,5 X 12,3 X 3 CM).	UND	1	4	113,76	455,04
168	MALETA DE AVALIAÇÃO FÍSICA DESENVOLVIDA EM NYLON COM PROTEÇÃO EM ESPUMA E FORRO DE ACABAMENTO. COMPARTIMENTO EXCLUSIVO PARA NOTEBOOK/TABLET, ESTADIOMETRO, BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA, TRENA ANTROPOMÉTRICA, MONITOR DE GORDURA, ADIPÔMETRO.	UND	1	2	187,25	374,50
169	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE, TAMANHO ÚNICO, DEVIDAMENTE APROVADO, NOS TERMOS DA NR6	UND	15	30	20,85	625,50

170	SCALP 23G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2	59,10	118,20
171	SCALP 25G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2	49,15	98,30
172	SCALP 27G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2	58,33	116,66
VALOR TOTAL R\$						R\$ 528.109,37

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

1.2.1. Órgão Gerenciador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A ADQUIRIR	QUANTIDADE TOTAL
1	SUGADOR ODONTOLÓGICO, PRODUTO DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, CONFECCIONADO COM MATERIAL ATÓXICO...	PCT	10	30
2	ÁCIDO GEL 37% FOSFÓRICO, EMBALAGEM EM BLISTER COM 3 SERINGAS DE 2,5ML	UND	5	20
3	MÁSCARA DESCARTÁVEL BRANCA, TRIPLA, ANTIALÉRGICA, ATÓXICA COM 50 UNIDADES	CX	100	350
4	BABADOR ODONTOLÓGICO CONTENDO 100 UNIDADES	CX	5	10
5	PRENDEDOR DE GUARDANAPO CONFECCIONADO EM CORRENTE COM ELOS TRANÇADOS NO TAMANHO DE 45 CM...	UND	1	5
6	ADESIVO DENTINÁRIO ADPER SINGLE BOND 2	UND	5	10
7	MICROBRUSH (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PCT	15	25
8	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO LIDOCAÍNA 3% COM VASOCONSTRITOR...	UND	5	10
9	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3%...	UND	1	3
10	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA CURTA 30G, 22MM...	CX	1	5
11	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA LONGA, 27G...	CX	2	5
12	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO BENZOTOP TUTTI FRUTTI...	UND	1	6
13	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 13 FIOS, PACOTE C 500 UND	PCT	6	20
14	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, 1 LITRO	UND	300	1000
15	ROLO AUTO SELANTE 150MM X 100M, PARA ENVELOPAR INSTRUMENTAIS	UND	1	10
16	FIO DE SUTURA (CAIXA COM 24 ENVELOPES) NYLON 3 0 1/1CÍRCULO...	CX	1	3
17	PASTA PROFILÁTICA SEM ÓLEO DE 90GR COM FLÚOR, MENTA.	UND	10	15
18	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO, 200ML, COM BICO DOSADOR...	UND	1	3

19	ÓLEO LUBRIFICANTE BAIXA ROTAÇÃO, 200 ML, COM BICO DOSADOR...	UND	1	3
20	OBTURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL 20G, PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVOS	UND	1	5
21	PAPEL CARBONO ODONTOLÓGICO PARA REGISTRO DE OCLUSÃO...	CX	5	10
22	TIRA ABRASIVA DE POLIÉSTER PARA POLIMENTO, CAIXA COM 150 UNIDADES	CX	1	5
23	TIRA AIRON DE AÇO, 4MM, CAIXA COM 12 UNIDADES...	CX	1	5
24	TIRA AIRON POLIÉSTER, PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA, CX. COM 12 UNID.	CX	1	5
25	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA... COR C 2	UND	1	5
26	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA... COR UNIVERSAL	UND	1	5
27	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA... COR C 3	UND	1	5
28	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5
29	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5
30	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5
31	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3 5, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5
32	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 4, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5
33	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5
34	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5
35	IONÔMETRO DE VIDRO PARA FORRO DE CAVIDADES...	UND	1	5
36	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE	UND	10	20
37	AVENTAL DESCARTÁVEL DE MANGAS LONGAS, CAIXA COM 100 UN	CX	25	100
38	TOUCA DESCARTÁVEL CX. C/100 UNID SANFONADA, NA COR BRANCA	CX	20	100
39	BROCA ODONTOLÓGICA CARBIDE CA 1	UND	1	5
40	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1014	UND	10	15
41	BROCA CARBIDE FG 2	UND	2	5
42	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 KG FG 1...	UND	2	5
43	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 ZEEP...	UND	10	20
44	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1015...	UND	15	30
45	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1016	UND	15	30
46	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO SOFLEX 1/2...	CX	1	5
47	PONTA ENHANCE SORTIDO...	CX	1	5
48	BROCA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 10014HL	UND	5	10
49	BROCA OU PONTA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 1012...	UND	5	10
50	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADAS Nº 1013...	UND	20	30

51	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1111F...	UND	15	30
52	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1190EF...	UND	10	20
53	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200F...	UND	10	20
54	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200EF	UND	10	20
55	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118EF.	UND	10	20
56	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118F...	UND	10	20
57	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3138F...	UND	6	12
58	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA 3168...	UND	5	10
59	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3168EF...	UND	5	10
60	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3195F...	UND	6	12
61	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1191F...	UND	6	15
62	CAPAS DESCARTÁVEIS PARA SERINGA TRÍLICE...	UND	1	5
63	PINÇA ANATÔMICA PONTA FINA (14CM)...	UND	10	20
64	MATRIZ EM AÇO INOX PARA RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA...	UND	5	15
65	CABO PARA ESPELHO BUCAL INOX	UND	5	20
66	ESPELHO BUCAL Nº 05	UND	5	20
67	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO PARA PROCEDIMENTO DE RESTAURAÇÃO PUSH BUTTON	UND	1	4
68	FLUGEL	FLÚOR NEUTRO GEL	200 ML...	UND
69	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO. CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	1	5
70	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UND	1	5
71	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UND	1	5
72	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UND	1	5
73	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	UND	1	5
74	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	UND	10	15
75	SONDA EXPLORADORA Nº 5...	UND	10	20
76	KIT ALAVANCA SELDIN KIT COM 3 UNIDADES...	KIT	1	5
77	ALAVANCA SELDIN RETA 2 ADULTO	UND	1	5
78	ALGODAO ROLETE 100UN PACOTE COM 100 UNIDADES...	PCT	25	50
79	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 22G...	CX	1	2
80	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 24G...	CX	1	2
81	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DE LÁTEX, TAMANHO 7,5	CX	1	5
82	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL, AUTOMÁTICO PARA BRAÇO...	UND	15	30
83	SORO RINGER LACTATO 250 ML...	UND	10	50
84	SORO FISIOLÓGICO A 0,9% BOLSA 250ML	UND	50	100
85	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25X0,7...	CX	1	2
86	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA...	CX	1	2
87	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML COM AGULHA	CX	1	2
88	SERINGA DESCARTÁVEL COM AGULHA 3ML	CX	1	3

89	GARROTE PREMIUM, FECHO EM PVC...	UND	1	10
90	ATADURA CREPE... 10 CM DE LARGURA...	UND	5	10
91	ATADURA CREPE... 15 CM DE LARGURA...	UND	10	15
92	ALMOTILIA BICO RETO 500 ML, TRANSPARENTE	UND	5	30
93	ALGODÃO EM BOLAS CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO...	PCT	30	50
94	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA DESCARTÁVEL...	PCT	10	50
95	TIRAS REAGENTES PARA AFERIÇÃO DE ÍNDICE GLICÊMICO...	PCT	50	200
96	APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE DIGITAL...	UND	10	10
97	ÁLCOOL GEL 70º INPM, 500ML	UND	10	100
98	FITA MÉTRICA DE 1,5 METROS PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS	UND	5	30
99	EQUIPO DE INFUSÃO MACROGOTAS COMPLETO PCT COM 50 UNI	PCT	2	6
100	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	15	30
101	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO G...	UND	30	100
102	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M...	UND	200	400
103	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P...	UND	100	200
104	LENÇOL HOSPITALAR DE TNT DESCARTÁVEL PARA MACA...	UND	10	30
105	ROLO LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR 70CM X 50M...	CX	30	50
106	PANOS MULTIUSO PERFEX 20X40CM ROLO 240M...	UND	5	10
107	MESA ELÉTRICA PARA EXAMES...	UND	1	2
108	LENÇO DE PAPEL FACIAL DUPLOS CAIXA COM 100 UNI	CX	25	50
109	FIXADOR CITOLÓGICO...	UND	2	5
110	CURATIVO ANTISSEPTICO PARA USO NA SUPERFÍCIE DA PELE...	CX	10	50
111	CURATIVO ADESIVO REDONDO UTILIZADO NA SUPERFÍCIE DA PELE...	PCT	5	10
112	ÁGUA OXIGENADA 10V, EMBALAGEM DE 1 LITRO	FRASCO	1	5
113	CLOREXIDINA GEL 2X3 GRAMAS, COM 1 LITRO	UND	2	3
114	ANTISSEPTICO TÓPICO DA PELE E MUCOSA A BASE DE IODOPOVIDONA...	UND	2	5
115	RECIPIENTE PLASTICO COM TAMPAS, DE 15 LITROS	UND	5	10
116	RECIPIENTE PLASTICO COM TAMPAS, 05 A 07 LITROS	UND	2	5
117	ESFIGMOMANÔMETRO MEDIDOR DE PRESSÃO	UND	6	15
118	ESTETOSCÓPIO, COR PRETO...	UND	6	15
119	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML DESTILADA ESTÉRIL...	CX	1	2
120	FRASCO BORRIFADOR PLÁSTICO 500 ML	UN	50	100
121	PAPEL TOALHA PACOTE COM 2 ROLOS DE 60 TOALHAS...	PCT	500	1000
122	KIT PAPANICOLAU COM UMA ESPÁTULA DE AYRES...	KIT	150	300
123	RÉGUA ANTROMÉTRICA PEDIÁTRICA	UN	3	6
124	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 MM CX COM 100 UN	CX	1	1
125	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 MM CX COM 100 UN	CX	1	2
126	LÂMINA DE BISTURI Nº 10 CX COM 100 UN	CX	2	5
127	LÂMINA DE BISTURI Nº 11 CX COM 100 UN	CX	2	5

128	LANTERNA CLINICA LED	UND	6	10
129	TESTE SOROLÓGICO PARA COVID 19 (SWAB)	UND	250	500
130	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ... TAMANHO P	CX	50	100
131	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ... TAMANHO M	CX	100	200
132	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ... TAMANHO G	CX	30	50
133	CAIXA TÉRMICA 18 LITROS	UND	2	4
134	OTOSCÓPIO DIGITAL COM PINÇA ROBÓTICA...	UND	1	2
135	OTOSCÓPIO FIBRA ÓTICA COM ESTOJO RÍGIDO...	UND	3	5
136	BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG...	UND	3	5
137	BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL ELETÔNICA, 15KG...	UND	2	3
138	NEGATOSCÓPIO ULTRA SLIM TELERRADIOGRÁFICO...	UND	3	5
139	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO PARA ULTRASSOM...	CX	5	10
140	MACA DOBRÁVEL PORTÁTIL, COR PRETA...	UND	1	2
141	PAPEL FOTOGRÁFICO BRANCO BRILHANTE A4...	PCT	200	400
142	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO...	UND	3	30
143	MALA EM POLIETILENO REFORÇADO PARA ULTRASSON MINDRAY Z66...	UND	1	2
144	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM...	UND	25	100
145	KIT REFIL DE TINTA EPSON ECO TANK L4260...	KIT	30	50
146	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ACUPUNTURA 0,25X30...	CX	10	20
147	HAND GRIP MÉDIO SLBS/ 2,27KG...	UND	1	2
148	MASSAGEADOR ELÉTRICO PISTOLA, USADO EM FISIOTERAPIA...	UND	1	2
149	KIT COM 3 UNIDADES DE FAIXA ELÁSTICA...	KIT	3	5
150	BOLSA TÉRMICA COMPRESSA QUENTE/FRIA...	UND	10	20
151	BOLSA TÉRMICA GEL; GRANDE QUENTE/FRIA...	UND	5	20
152	SOLENOIDE TÚNEL PARA MAGNETOTERAPIA...	UND	1	2
153	KIT COM 4 UNIDADES DE ELETRODOS DE SILICONE CONDUTIVO 5X3	KIT	10	20
154	FITA CREPE 18MM X 50M	UN	50	100
155	ESTETOSCÓPIO DIGITAL COM ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE...	UND	5	10
156	TAPETE COLCHONETE PARA EVA, PILATES, 1M X 0,50CM X 10MM...	UND	15	60
157	TAPETE COLCHONETE PARA EVA PILATES, 1,80M X 0,50CM X 10MM...	UND	15	60
158	COLCHONETE FUTON COLCHÃO SOLTEIRO DOBRÁVEL...	UND	1	5
159	MACA DOBRÁVEL (VIRA MALETA)...	UND	1	3
160	CINTO DE MULLIGAN MAITLAND...	UND	1	10
161	KIT COM 5 INSTRUMENTOS DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL...	KIT	1	10
162	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA...	UND	1	3
163	BALANÇA ELETRÔNICA ADULTO W 200 A...	UND	1	5
164	ESTADIOMETRO PORTATIL BASE E PEÇAS EM ABS...	UND	1	4
165	ADIPOMETRO CLINICO...	UND	1	5

166	TRENA ANTROPOMÉTRICA INELÁSTICAS...	UND	1	5
167	DINAMÔMETRO DIGITAL ALTA PRECISÃO...	UND	1	4
168	MALETA DE AVALIAÇÃO FÍSICA...	UND	1	2
169	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE...	UND	15	30
170	SCALP 23G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2
171	SCALP 25G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2
172	SCALP 27G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar [H17558], cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e normativos correlatos, por se tratar de itens estritamente necessários ao desempenho das atividades finalísticas e de apoio do Tribunal de Justiça.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, admitida a prorrogação por igual período, uma única vez, mediante demonstração de vantajosidade, perfazendo um total máximo de 24 (vinte e quatro) meses. Os contratos dela derivados terão sua vigência em conformidade com as disposições do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

1.5.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que os materiais de consumo médico-hospitalar, odontológico, de fisioterapia, psicológicos, de expediente e de conservação documental são essenciais e demandados de forma ininterrupta para a manutenção dos serviços de saúde prestados pela Coordenação de Bem-Estar e Saúde (COBES) e para as atividades de gestão e preservação do acervo da Coordenadoria de Gestão de Memória e Arquivos (COGMA). A interrupção no fornecimento desses itens impactaria diretamente na continuidade e na qualidade dos serviços prestados a magistrados, servidores e dependentes, bem como na preservação da memória institucional, justificando a necessidade de suprimento contínuo e a vigência plurianual, conforme se detalha no Estudo Técnico Preliminar [H17558].

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação, a justificativa da necessidade, a demonstração dos resultados pretendidos e o detalhamento dos quantitativos estimados encontram-se pormenorizados em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares nº 3145/2025 [H17558], que constitui apêndice deste Termo de Referência e parte integrante do processo administrativo nº 2025-424.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: PNCP 04034872000121-0-000006/2025;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 29/01/2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 74, 76, 7;

2.2.4. Classe/Grupo: 421 - MATERIAL HOSPITALAR MAT. CONSUMO; 400 - MATERIAL DE EXPEDIENTE MAT. CONSUMO; e 445 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS MATERIAL PERMANENTE.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, incluindo a análise comparativa de viabilidade entre compra e locação de bens permanentes, a justificativa técnica e econômica pela escolha da aquisição via Sistema de Registro de Preços, e a análise de ciclo de vida dos produtos, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 3145/2025 [H17558], apêndice deste Termo de Referência. A solução consiste na aquisição parcelada e sob demanda dos 172 itens listados, garantindo o abastecimento contínuo das unidades requisitantes (COBES e COGMA) de forma a otimizar a gestão de estoques, evitar desperdícios e assegurar a disponibilidade de insumos essenciais para a continuidade dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas diretrizes apresentadas no Estudo Técnico Preliminar [H17558]:

4.1.1.1. Priorização de materiais produzidos com insumos reciclados ou recicláveis;

4.1.1.2. Apresentação, sempre que possível, de produtos com certificações ambientais reconhecidas;

4.1.1.3. Comprovação de que os processos produtivos minimizem impactos ambientais, como a redução do consumo de água e energia;

4.1.1.4. Utilização de embalagens reduzidas, preferencialmente recicláveis, que garantam a integridade do produto; e

4.1.1.5. Fornecimento de bens que apresentem durabilidade e, quando aplicável, possibilidade de reaproveitamento, visando a redução da geração de resíduos.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Na presente contratação, a indicação de marcas ou modelos específicos em determinados itens, tais como "ADPER SINGLE BOND 2", "Z100", "COLTOSOL", "ULTRASSON MINDRAY Z66", "EPSON ECO TANK L4260", entre outros, conforme consta na tabela do item 1.1, serve exclusivamente como parâmetro de qualidade, desempenho e compatibilidade com equipamentos preexistentes no Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Em conformidade com o art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, serão admitidas propostas de produtos de outras marcas, desde que de qualidade e características comprovadamente equivalentes ou superiores, cuja avaliação ficará a cargo da área técnica deste Tribunal. A eventual necessidade de comprovação de equivalência será solicitada durante a fase de julgamento das propostas.

4.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1. Não se aplica à presente contratação.

4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não será exigida a apresentação de amostras para a presente contratação, sem prejuízo da possibilidade de a Administração realizar diligências para verificar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas.

4.5. Da exigência de carta de solidariedade

4.5.1. Não se aplica à presente contratação.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, dado que o fornecimento dos bens é a obrigação principal e não comporta divisão de responsabilidade perante a Administração.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar [H17558], que apontam para o baixo risco associado ao objeto, a natureza fracionada das entregas sob demanda, a inexistência de histórico que demonstre a necessidade de tal medida e o fato de que a exigência de garantia poderia onerar a contratação e prejudicar a obtenção de propostas mais vantajosas.

4.8. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8.1. Não se aplica à presente contratação.

4.9. Margem de Preferência

4.9.1. Não se aplica à presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O fornecimento dos bens ocorrerá de forma parcelada, mediante requisição formal da Administração por meio de Ordem de Fornecimento. O prazo de entrega de cada parcela é de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento pela Contratada.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, localizado no seguinte endereço: Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, CEP 69.915-631, Rio Branco - AC, em dias úteis, no horário das 07h00 às 14h00.

5.1.4. No caso de produtos perecíveis, especialmente os de uso médico, odontológico e laboratorial, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade recomendado pelo fabricante.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens permanentes, complementar à garantia legal estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, sob sua inteira responsabilidade.

5.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas, devendo a assistência técnica estar disponível no país.

5.2.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias para o pleno funcionamento do equipamento.

5.2.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais do fabricante, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.7. Uma vez notificado pela Administração, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, expressamente aceita pelo Contratante.

5.2.9. Na hipótese de a reparação exigir prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos, sem ônus para a Administração.

5.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia (coleta e devolução) será de integral responsabilidade do Contratado.

5.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de

alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, preferencialmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, com confirmação de leitura.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para reuniões ou para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, visando o bom andamento da execução contratual.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados pela autoridade competente.

GESTOR: PATRÍCIA BETIOLO

FISCAL TÉCNICO: DALA MARIA CASTELO NOGUEIRA

FISCAL ADMINISTRATIVO: DIRCE OLIVEIRA TEODORO

6.7. Fiscalização Técnica

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, notadamente quanto à conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas, à qualidade, à quantidade, aos prazos de entrega e às condições de garantia, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção pela Contratada.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Fiscalização Administrativa

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, acompanhará o empenho, o processo de pagamento, as garantias (se houver), as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais de natureza administrativa, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.1.1. Coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual, envolvendo os fiscais técnico e administrativo, consolidando as informações para uma visão completa da execução.

6.10.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, para constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo setor competente.

6.10.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.1.7. Encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como nas condutas dos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa**:

7.2.4.1. **Moratória**, para a infração descrita no item 7.1.4., de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias. O atraso superior a 20 (vinte) dias poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando o contratado a penalidades mais graves;

7.2.4.2. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no item 7.1.3., no percentual de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato;

7.2.4.3. **Compensatória**, para a inexecução parcial do contrato que cause grave dano, prevista no item 7.1.2., no percentual de 15% (quinze por cento) do valor total atualizado do contrato;

7.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução parcial do contrato, prevista no item 7.1.1., no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou executada em desacordo com as especificações;

7.2.4.5. **Compensatória**, para as condutas descritas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, sem prejuízo das

sanções de impedimento e declaração de inidoneidade.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação de qualquer sanção será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Contratante; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

7.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, atestado pelo fiscal do contrato.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências ou testes mais complexos para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, o fiscal do contrato promoverá o procedimento previsto no art. 143 da Lei nº 14.133, de

2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma desta seção, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução; o valor a pagar; e o eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nestes casos, o prazo para pagamento será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para a Contratante.

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso no pagamento pelo Contratante, por fato não imputável ao Contratado, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Cessão de Crédito

8.5.1. As cessões de crédito dependerão de prévia e expressa aprovação do Contratante.

8.5.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes aplicáveis, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.5.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.6. Reajuste

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**.

9.2. Forma de fornecimento

9.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado, realizado por demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será o valor unitário estimado para cada item, conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência. Propostas com valores superiores ao estimado para o item serão desclassificadas.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.2. Habilitação jurídica

9.4.2.1. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

9.4.2.3. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.2.4. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.2.5. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.2.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

9.4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9.4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor; e

9.4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor.

9.4.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.4.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.4.4.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); e

9.4.4.3. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices descritos no subitem anterior, será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.4.5. Qualificação Técnica

9.4.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade e porte equivalentes ou superiores ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais de consumo e/ou permanentes da área da saúde ou gestão documental.

9.5. Disposições gerais sobre habilitação

9.5.1. A verificação da habilitação será realizada, sempre que possível, por meio de consulta ao SICAF e aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores.

9.5.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo global aceitável, é de **R\$ 528.109,37 (quinhentos e vinte e oito mil e cento e nove reais e trinta sete centavos)**, conforme custos unitários e totais apostos no Mapa de Preços.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação padrão entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante da minuta de Contrato.

10.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas situações previstas no art. 85, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, e na regulamentação aplicável.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

11.2. A dotação prevista para a contratação segue o padrão institucional:

11.2.1. Gestão/unidade:

11.2.2. Fonte de recursos:

11.2.3. Programa de trabalho:

11.2.4. Elemento de despesa:

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Branco-AC, 29 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **WELISSON BASILIO DE SOUZA, Analista Judiciário** em 27/04/2026 às 12:09:50.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela LSO1.7ZGZ.SDUA.YIDD

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 5/2026

Compras.gov.br nº 90005/2026 - UASG 925509

(Processo nº 2025-424)

AMPLA CONCORRÊNCIA PARA O ITEM 142

EXCLUSIVA PARA ME/EPP PARA OS DEMAIS ITENS

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, por intermédio do pregoeiro designado pela Portaria nº 1.424, de 27/03/2025, publicada no Diário da Justiça nº 7.749, de 31/03/2025, torna pública a abertura de procedimento licitatório, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, obedecidos os preceitos da Lei 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 13/02/2026

Horário: 10h00 (horário de Brasília)

Local: www.gov.br/compras/pt-br

2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

2.2. Este edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da CPL - Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, localizada na Rua Desembargador Jorge Araken, s/nº, Via Verde, CEP.: 69.915-631, Rio Branco - AC, telefone - (0xx) 68-3212-8280, de 2ª a 6ª feira, das 07h00min às 14h00min, e poderão ser consultados pelos sites: www.tjac.jus.br e www.gov.br/compras/pt-br.

2.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente neste Tribunal.

2.4. É facultado ao (à) pregoeiro(a) proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da Proposta e da Habilitação.

2.5. Integram o presente edital, como **ANEXOS**, e independente de transcrição, os documentos seguintes:

APÊNDICE	Formulário de Proposta de Preços
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta de Ata de Registro de Preços

2.6. A ata (anexo II) deverá ser assinada eletronicamente pela licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

2.6.1. O prazo de convocação acima poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

2.6.2. Para poder efetivar a assinatura eletrônica do instrumento contratual, a licitante vencedora deverá estar cadastrada no Sistema Eletrônico deste Tribunal.

2.6.3. Caso não possua o referido cadastro, será enviado link de página da internet, para o e-mail do responsável pela assinatura do instrumento contratual, como forma de se implementar a assinatura eletrônica.

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de materiais de consumo e permanentes, compreendendo itens odontológicos, médicos, de enfermagem, fisioterapia e psicológicos, bem como materiais destinados à gestão documental e à conservação do acervo físico documental e bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

3.2. A licitação será realizada itens, podendo o licitante participar de quantos itens tiver interesse.

3.3. O detalhamento dos itens está disponível no subitem 1.1. do Termo de Referência.

3.4. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 528.109,37 (quinhentos e vinte e oito mil, cento e nove reais e trinta e sete centavos).

3.5. Havendo divergências entre a especificação do item definida no edital e as constantes do sistema eletrônico, prevalecerão aquelas, visto que nem sempre é possível identificar no Catálogo de Materiais/Serviços do COMPRAS.GOV.BR códigos para itens com as especificações que se pretende adquirir. A especificação detalhada será exigida, obrigatoriamente, na proposta definitiva, sob pena de desclassificação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br).

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. Para a disputa nesta licitação, a participação será ampla para todos os licitantes no item 142 e exclusiva a ME/EPP para os demais itens.

4.5. A obtenção do benefício às microempresas e às empresas de pequeno porte fica limitada ao ano-calendário de realização da licitação, ainda que não tenha celebrado contratos com Administração Pública cujos somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.7. Não poderão participar desta licitação:

4.7.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste PREGÃO;

4.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º, da Lei nº 14.133/2021;

4.7.12. O impedimento de que trata o subitem 4.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.7.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 4.7.2 e 4.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agente públicos do órgão ou entidade;

4.7.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.7.15. O disposto nos subitens 4.7.2 e 4.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

4.7.16. A vedação de que trata o subitem 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.7.17. Empresas que estejam suspensas, temporariamente, de participar de licitações ou impedidas de contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1 ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

5.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Falsidade da declaração de que os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de propostas e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, conforme art. 21, § 3º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação ao item não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29.12.2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. apresentar inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Na hipótese de erro no preço cotado não será admitida retificação.

8.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Eletrônico.

8.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.12. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

8.12.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2. Consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).

9.3. Constatada a existência de vedação à participação no certame, pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.4.1. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

9.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento. (Art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. Serão exigidos os documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (Art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021).

9.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021)

9.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio de sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro 2022.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligências, para (Lei nº 14.133/21, art. 64, e IN nº 73/2022):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecido após o julgamento.

(QUANDO FOR O CASO)

9.19. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.19.1. O licitante que optar realizar vistoria prévia disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado (INDICAR FORMA DE AGENDAMENTO), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.19.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridade da contratação.

9.20. Habilitação jurídica:

9.20.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.20.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

9.20.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.20.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.20.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.20.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.21. Qualificação Técnica

9.21.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade e porte equivalentes ou superiores ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais de consumo e/ou permanentes da área da saúde ou gestão documental.

9.22. Qualificação Econômico - Financeira

9.22.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); e

9.22.3. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices descritos no subitem anterior, será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.23. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.23.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.23.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

9.23.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9.23.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor; e

9.23.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor.

QUANDO FOR O CASO

9.24. Participação de Empresas Estrangeiras

9.24.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no DECRETO nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

QUANDO FOR O CASO

9.25. Participação de Consórcio de Empresas

9.25.1. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.25.1.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30%, SALVO SE HOUVER JUSTIFICAVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.26. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de

inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.27. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.28. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.29. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.30. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.31. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.32. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Das infrações administrativas e sanções constam no Termo de Referência.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail: cpl@tjac.jus.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.tjac.jus.br

APÊNDICE

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇO

Pregão Eletrônico SRP nº/2025

Ref. Processo Administrativo nº

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Celular:

E-mail:

Dados bancários (banco/agência/conta corrente):

Conforme Edital Pregão Eletrônico SRP n.º..../2025, apresentamos proposta de preços para, para atender a demanda do Poder Judiciário do Estado do Acre, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência.

Item	Descrição detalhada	Unidade	Quantidade Institucional	Preço Unitário	Preço Total
1					
2					
Valor total por extenso					R\$

- Declaramos que na proposta estão inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: transportes, encargos, tributos de qualquer natureza, despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto da presente licitação.

- Declaramos que não possuímos empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para fins do disposto na Resolução nº 9, de 6 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

- Declaramos que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes como estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 3 de dezembro de 2009, do IBAMA.

- Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

Local e data

Nome, função e assinatura do representante legal

_____**ANEXO I**_____

TERMO DE REFERÊNCIA

_____**ANEXO II**_____

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Desembargadora Regina Ferrari

Presidente em exercício

(data e assinatura eletrônicas)



Documento assinado eletronicamente por **REGINA CÉLIA FERRARI LONGUINI**, Presidente em exercício em 16/01/2026 às 12:43:07.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=6702704PLJ.SBDH.REXM.QBEJ> e informe a chancela

TERMO DE REFERÊNCIA Nº

Processo nº 2025-424

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo e permanentes, compreendendo itens odontológicos, médicos, de enfermagem, fisioterapia e psicológicos, bem como materiais destinados à gestão documental e à conservação do acervo físico documental e bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD. MÍN.	QTD. MÁX.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	SUGADOR ODONTOLÓGICO, PRODUTO DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, CONFECCIONADO COM MATERIAL ATÓXICO, PONTA FLEXÍVEL, PERMANECE NA POSIÇÃO DESEJADA, FÁCIL ADAPTAÇÃO NO EQUIPAMENTO, CORES VARIADAS, PACOTE COM 40 UNIDADES. SUGADOR DESCARTÁVEL COM 40 UNIDADES	PCT	10	30	22,45	673,50
2	ÁCIDO GEL 37% FOSFÓRICO, EMBALAGEM EM BLISTER COM 3 SERINGAS DE 2,5ML	UND	5	20	14,44	288,80
3	MÁSCARA DESCARTÁVEL BRANCA, TRIPLA, ANTIALÉRGICA, ATÓXICA COM 50 UNIDADES	CX	100	350	27,35	9.572,50
4	BABADOR ODONTOLÓGICO CONTENDO 100 UNIDADES	CX	5	10	23,33	233,30
5	PRENDEDOR DE GUARDANAPO CONFECCIONADO EM CORRENTE COM ELOS TRANÇADOS NO TAMANHO DE 45 CM, COM PRENDEDOR TIPO JACARÉ NAS EXTREMIDADES	UND	1	5	20,13	100,65
6	ADESIVO DENTINÁRIO ADPER SINGLE BOND 2	UND	5	10	175,75	1.757,50
7	MICROBRUSH (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PCT	15	25	23,59	589,75
8	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO LIDOCAÍNA 3% COM VASOCONSTRITOR, COM 50 TUBETES. PROCEDIMENTO DE EXODONTIA E DENTÍSTICA	UND	5	10	107,04	1.070,40
9	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3%. EPINEFRINA SEM VASO, UTILIZADO PARA PACIENTES COM COMORBIDADES	UND	1	3	163,15	489,45
10	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA CURTA 30G, 22MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1	5	60,97	304,85
11	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA LONGA, 27G. CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	2	5	56,36	281,80
12	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO BENZOTOP TUTTI FRUTTI, 200 MG/G, PARA ANESTESIA TÓPICA	UND	1	6	38,84	233,04
13	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 13 FIOS, PACOTE C 500 UND	PCT	6	20	55,02	1.100,40

14	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, 1 LITRO	UND	300	1000	11,20	11.200,00
15	ROLO AUTO SELANTE 150MM X 100M, PARA ENVELOPAR INSTRUMENTAIS	UND	1	10	96,74	967,40
16	FIO DE SUTURA (CAIXA COM 24 ENVELOPES) NYLON 3 0 1/1CÍRCULO, 1,7CM, PRETA TRANÇADA, CLASSE 2	CX	1	3	45,83	137,49
17	PASTA PROFILÁTICA SEM ÓLEO DE 90GR COM FLÚOR, MENTA.	UND	10	15	4,81	72,15
18	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO, 200ML, COM BICO DOSADOR, PARA LUBRIFICAR CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	1	3	42,24	126,72
19	ÓLEO LUBRIFICANTE BAIXA ROTAÇÃO, 200 ML, COM BICO DOSADOR, PARA LUBRIFICAR MICROMOTOR E CONTRA ÂNGULO	UND	1	3	40,81	122,43
20	OBTURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL 20G, PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVOS	UND	1	5	40,75	203,75
21	PAPEL CARBONO ODONTOLÓGICO PARA REGISTRO DE OCLUSAO EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	CX	5	10	4,66	46,60
22	TIRA ABRASIVA DE POLIÉSTER PARA POLIMENTO, CAIXA COM 150 UNIDADES	CX	1	5	15,42	77,10
23	TIRA AIRON DE AÇO, 4MM, CAIXA COM 12 UNIDADES, PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA	CX	1	5	16,24	81,20
24	TIRA AIRON POLIÉSTER, PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA, CX. COM 12 UNID.	CX	1	5	8,67	43,35
25	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA, POLIMERIZADA POR LUZ COR C 2	UND	1	5	40,07	200,35
26	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA, POLIMERIZADA POR LUZ COR UNIVERSA	UND	1	5	45,52	227,60
27	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA, POLIMERIZADA POR LUZ COR C 3	UND	1	5	44,86	224,30
28	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5	38,70	193,50
29	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5	18,30	91,50
30	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5	17,36	86,80
31	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3-5, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5	12,10	60,50
32	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A-4, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5	81,68	408,40
33	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5	13,40	67,00
34	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5	71,00	355,00
35	IONÔMETRO DE VIDRO PARA FORRO DE CAVIDADES, EMBALAGEM COM 10G PÓ + 13ML LÍQUIDO	UND	1	5	59,40	297,00
36	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE	UND	10	20	19,05	381,00
37	AVENTAL DESCARTÁVEL DE MANGAS LONGAS, CAIXA COM 100 UN	CX	25	100	46,35	4.635,00
38	TOUCA DESCARTÁVEL CX. C/100 UNID SANFONADA, NA COR BRANCA	CX	20	100	19,35	1.935,00
39	BROCA ODONTOLÓGICA CARBIDE CA 1	UND	1	5	16,23	81,15
40	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1014	UND	10	15	13,48	202,20
41	BROCA CARBIDE FG 2	UND	2	5	14,01	70,05
42	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 KG FG 1. POLIMENTO DE RESINA E DESGASTE	UND	2	5	7,85	39,25
43	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 ZEEP. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	10	20	7,33	146,60

44	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1015. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	15	30	9,67	290,10
45	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1016	UND	15	30	15,13	453,90
46	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO SOFLEX 1/2 SORTIDO COM 50 UN., 12,7 MM	CX	1	5	252,27	1.261,35
47	PONTA ENHANCE SORTIDO. SISTEMA DE ACABAMENTO DE COMPÓSITOS DE ALTA PERFORMANCE. CAIXA COM 7 PONTAS NO FORMATO (CHAMA DE VELA, TAÇA E DISCO). POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO	CX	1	5	172,00	860,00
48	BROCA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 10014HL	UND	5	10	13,60	136,00
49	BROCA OU PONTA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 1012. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	5	10	9,50	95,00
50	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADAS Nº 1013. ABERTURA DE CAVIDADE E REMOÇÃO DE CÁRIE	UND	20	30	10,26	307,80
51	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1111F. POLIMENTO DE RESINAS	UND	15	30	18,23	546,90
52	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1190EF. POLIMENTO DE RESINAS	UND	10	20	22,35	447,00
53	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200F PARA POLIMENTO DE RESINA	UND	10	20	9,59	191,80
54	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200EF	UND	10	20	10,98	219,60
55	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118EF. POLIMENTO DE RESINA	UND	10	20	20,71	414,20
56	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118F. POLIMENTO DE RESINA	UND	10	20	13,00	260,00
57	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3138F. POLIMENTO DE RESINA	UND	6	12	6,73	80,76
58	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA 3168. DESGASTE DE ESMALTE E DENTINA	UND	5	10	16,19	161,90
59	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3168EF. DESGASTE DE DENTINA	UND	5	10	19,48	194,80
60	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3195F. DESGASTE DE DENTINA E RESINA	UND	6	12	10,84	130,08
61	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1191F. DESGASTE DE DENTINA E RESINA	UND	6	15	9,74	146,10
62	CAPAS DESCARTÁVEIS PARA SERINGA TRÍLICE, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	UND	1	5	31,33	156,65
63	PINÇA ANATÔMICA PONTA FINA (14CM) EM METAL, PARA PEGAR ROLETE DE ALGODÃO	UND	10	20	20,19	403,80
64	MATRIZ EM AÇO INOX PARA RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA COM 5 MM DE ALTURA, COM 500 MILÍMETROS DE COMPRIMENTO E 0,05 MILÍMETROS DE ESPESSURA. PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA	UND	5	15	5,24	78,60
65	CABO PARA ESPELHO BUCAL INOX	UND	5	20	14,06	281,20
66	ESPELHO BUCAL Nº 05	UND	5	20	10,59	211,80
67	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO PARA PROCEDIMENTO DE RESTAURAÇÃO PUSH BUTTON	UND	1	4	1.418,33	5.673,32
68	FLUGEL, FLÚOR NEUTRO GEL, 200 ML, GEL DE FLUORETO DE SÓDIO A 2% DISPONIBILIDADE: IMEDIATA TIXOTRÓPICO (NÃO ESCORRE) E COM PH NEUTRO COMPOSIÇÃO : FLUORETO DE SÓDIO A 2%	UND	10	20	15,58	311,60
69	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO. CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	1	5	121,38	606,90
70	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UND	1	5	113,47	567,35
71	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UND	1	5	118,86	594,30
72	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UND	1	5	100,17	500,85

73	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	UND	1	5	108,24	541,20
74	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	UND	10	15	103,21	1.548,15
75	SONDA EXPLORADORA Nº 5, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	UND	10	20	11,26	225,20
76	KIT ALAVANCA SELDIN KIT COM 3 UNIDADES (1 ALAVANCA CURVA ESQUERDA, 1 ALAVANCA CURVA DIREITA E 1 ALAVANCA RETA)	KIT	1	5	128,14	640,70
77	ALAVANCA SELDIN RETA 2 ADULTO	UND	1	5	49,46	247,30
78	ALGODAO ROLETE 100UN PACOTE COM 100 UNIDADES; PRODUZIDO COM FIBRAS 100% NATURAIS, COR BRANCA	PCT	25	50	3,77	188,50
79	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 22G, COMPOSTO POR UMA AGULHA E REVESTIMENTO FLEXÍVEL COM 100 UN	CX	1	2	137,67	275,34
80	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 24 G, COMPOSTO POR UMA AGULHA E REVESTIMENTO FLEXÍVEL COM 100 UN	CX	1	2	135,82	271,64
81	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DE LÁTEX, TAMANHO 7,5	CX	1	5	49,00	245,00
82	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL, AUTOMÁTICO PARA BRAÇO, ADULTO, DISPLAY DIGITAL BOLSA DE TRANSPORTE; ALIMENTAÇÃO PILHAS ALCALINAS AAA; COR BRANCA; REGISTRO ANVISA.	UND	15	30	312,97	9.389,10
83	SORO RINGER LACTATO 250 ML, PARA REIDRATAÇÃO E RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO HIDROELETROLÍTICO	UND	10	50	7,88	394,00
84	SORO FISIOLÓGICO A 0,9% BOLSA 250ML	UND	50	100	8,78	878,00
85	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25X0,7 CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1	2	46,10	92,20
86	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA, EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	1	2	46,48	92,96
87	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML COM AGULHA	CX	1	2	46,64	93,28
88	SERINGA DESCARTÁVEL COM AGULHA 3ML	CX	1	3	42,87	128,61
89	GARROTE PREMIUM, FECHO EM PVC, PERMITE UM AJUSTE FÁCIL E CONFORTÁVEL ADULTO	UND	1	10	12,98	129,80
90	ATADURA CREPE, CONFECCIONADA EM TECIDO MISTO COM 10 CM DE LARGURA E 4,5 METROS DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 12 UNIDADES	UND	5	10	9,60	96,00
91	ATADURA CREPE, CONFECCIONADA EM TECIDO MISTO COM 15 CM DE LARGURA E 4,5 METROS DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 12 UNIDADES	UND	10	15	24,49	367,35
92	ALMOTILIA BICO RETO 500 ML, TRANSPARENTE	UND	5	30	8,54	256,20
93	ALGODÃO EM BOLAS CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO. MACIO E ABSORVENTE. PESO LÍQUIDO = 95G. COR BRANCA	PCT	30	50	9,02	451,00
94	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA DESCARTÁVEL PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	10	50	13,60	680,00
95	TIRAS REAGENTES PARA AFERIÇÃO DE ÍNDICE GLICÊMICO, COMPATÍVEIS COM O MODELO DO APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE. PACOTE COM 50 UNID	PCT	50	200	68,57	13.714,00
96	APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE DIGITAL COM DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DE LOTE E REGISTRO NA ANVISA	UND	10	10	102,61	1.026,10
97	ÁLCOOL GEL 70º INPM, 500ML	UND	10	100	6,06	606,00
98	FITA MÉTRICA DE 1,5 METROS PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS	UND	5	30	10,20	306,00
99	EQUIPO DE INFUSÃO MACROGOTAS COMPLETO PCT COM 50 UNI	PCT	2	6	64,14	384,84
100	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	15	30	104,65	3.139,50
101	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO G , EMBALAGEM PLASTICA NÃO ESTERIL	UND	30	100	3,72	372,00

102	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M, EMBALAGEM PLÁSTICA NÃO ESTÉRIL	UND	200	400	2,49	996,00
103	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P, EMBALAGEM PLÁSTICA NÃO ESTÉRIL	UND	100	200	3,55	710,00
104	LENÇOL HOSPITALAR DE TNT DESCARTÁVEL PARA MACA, COM ELÁSTICO SOFT 200X90CM, PACOTE COM 10 UNIDADES	UND	10	30	24,92	747,60
105	ROLO LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR 70CM X 50M PARA MACA CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	30	50	22,93	1.146,50
106	PANOS MULTIUSO PERFEX 20X40CM ROLO 240M LIMPEZA ROLO	UND	5	10	90,00	900,00
107	MESA ELÉTRICA PARA EXAMES, COM MOVIMENTOS E ACESSÓRIOS COMPATÍVEIS COM EXAME GINECOLÓGICO, OBSTÉTRICO, PROCTOLÓGICO, ENTRE OUTROS PROCEDIMENTOS COMO ELEVÇÃO/ABAIXAMENTO TOTAL, ELEVÇÃO/REBAIXAMENTO PERNEIRA, ELEVÇÃO/ABAIXAMENTO DO ENCOSTO, POSIÇÃO CADEIRA E POSIÇÃO MACA	UND	1	2	19.541,09	39.082,18
108	LENÇO DE PAPEL FACIAL DUPLOS CAIXA COM 100 UNI	CX	25	50	9,41	470,50
109	FIXADOR CITOLÓGICO, COMPOSIÇÃO SOLUÇÃO DE PROPILENOGLICOL 10% E ÁLCOOL ABSOLUTO, USO FIXAÇÃO DE ESFREGAÇOS DE MATERIAL COLHIDO DA EXTOCÉRVICE, ENDOCÉRVICE, PAREDE VAGINAL, 100ML	UND	2	5	13,73	68,65
110	CURATIVO ANTISSEPTICO PARA USO NA SUPERFÍCIE DA PELE CX 10 UNID	CX	10	50	32,18	1.609,00
111	CURATIVO ADESIVO REDONDO UTILIZADO NA SUPERFÍCIE DA PELE PARA HEMOSTASIA APÓS A PUNÇÃO VENOSA E A VACINAÇÃO PCT COM 500	PCT	5	10	25,47	254,70
112	ÁGUA OXIGENADA 10V, EMBALAGEM DE 1 LITRO	FRASCO	1	5	13,02	65,10
113	CLOREXIDINA GEL 2X3 GRAMAS, COM 1 LITRO	UND	2	3	30,55	91,65
114	ANTISSEPTICO TÓPICO DA PELE E MUCOSA A BASE DE IODOPOVIDONA PARA CURATIVOS, FRASCO COM 1 LITRO	UND	2	5	48,66	243,30
115	RECIPIENTE PLÁSTICO COM TAMP, DE 15 LITROS	UND	5	10	39,02	390,20
116	RECIPIENTE PLÁSTICO COM TAMP, 05 A 07 LITROS	UND	2	5	25,40	127,00
117	ESFIGMOMANÔMETRO MEDIDOR DE PRESSÃO	UND	6	15	350,33	5.254,95
118	ESTETOSCÓPIO, COR PRETO, COM DIAFRAGMAS AJUSTÁVEIS DE TECNOLOGIA 3M, HASTES AJUSTÁVEIS	UND	6	15	454,44	6.816,60
119	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML DESTILADA ESTÉRIL SOLUÇÃO CX 200 UNIDADES	CX	1	2	90,15	180,30
120	FRASCO BORRIFADOR PLÁSTICO 500 ML	UN	50	100	11,03	1.103,00
121	PAPEL TOALHA PACOTE COM 2 ROLOS DE 60 TOALHAS MED. 22CMX20CM	PCT	500	1000	7,63	7.630,00
122	KIT PAPANICOLAU COM UMA ESPÁTULA DE AYRES, UMA ESCOVA CÉRVICA, UMA LÂMINA DE VIDRO E UMA CAIXA PORTA LÂMINAS	KIT	150	300	7,24	2.172,00
123	RÉGUA ANTROMÉTRICA PEDIÁTRICA	UN	3	6	139,54	837,24
124	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 MM CX COM 100 UN	CX	1	1	22,03	22,03
125	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 MM CX COM 100 UN	CX	1	2	22,03	44,06
126	LÂMINA DE BISTURI N° 10 CX COM 100 UN	CX	2	5	41,98	209,90
127	LÂMINA DE BISTURI N° 11 CX COM 100 UN	CX	2	5	41,93	209,65
128	LANTERNA CLÍNICA LED	UND	6	10	54,56	545,60
129	TESTE SOROLÓGICO PARA COVID 19 (SWAB)	UND	250	500	13,04	6.520,00
130	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ, CAIXA COM 50 PARES, TAMANHO P	CX	50	100	27,06	2.706,00
131	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ, CAIXA COM	CX	100	200	25,39	5.078,00

	50 PARES, TAMANHO M					
132	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ, CAIXA COM 50 PARES, TAMANHO G	CX	30	50	54,00	2.700,00
133	CAIXA TÉRMICA 18 LITROS	UND	2	4	54,83	219,32
134	OTOSCÓPIO DIGITAL COM PINÇA ROBÓTICA 2 EM 1, PINÇA E HASTE O DISPOSITIVO INTELIGENTE	UND	1	2	448,66	897,32
135	OTOSCÓPIO FIBRA ÓTICA COM ESTOJO RÍGIDO, ESPÉCULOS AURICULARES AUTOCLAVÁVEIS, 2,5, 3,0, 4,0, 5,0, E 10 MM, ESPÉCULOS PARA OUVIDO 2,5MM E 4,0MM, CABO EM METAL, CABEÇA ABS E AÇO INOX	UND	3	5	433,33	2.166,65
136	BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS, PLATAFORMA E COLUNA EM AÇO CARBONO, PÉS ANTIADERENTES EM BORRACHA SINTÉTICA	UND	3	5	1.477,50	7.387,50
137	BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL ELETÔNICA, 15KG, INOX, GABINETE FABRICADO EM ABS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DISPLAY EM CRISTAL LÍQUIDO (LCD) BACKLIGHT	UND	2	3	779,32	2.337,96
138	NEGATOSCÓPIO ULTRA SLIM TELERRADIOGRÁFICO, 2 CORPOS, PARA PAREDE; CHAPA EM AÇO ESMALTADA; ALTURA 0,75CM; LARGURA 0,46CM	UND	3	5	443,33	2.216,65
139	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO PARA ULTRASSOM. CAIXA COM 144 UNIDADES	CX	5	10	62,21	622,10
140	MACA DOBRÁVEL PORTÁTIL, COR PRETA, CAPACIDADE 230KG, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO NOBRE E RESISTENTE; DENSIDADE DA ESPUMA D28; REVESTIMENTO EM TECIDO SINTÉTICO; TRAVA DE SEGURANÇA EM TODOS OS PÉS; 4 RODINHAS PARA TRANSPORTE	UND	1	2	732,83	1.465,66
141	PAPEL FOTOGRÁFICO BRANCO BRILHANTE A4 (210MM X 297MM) 180G/M2, PACOTE COM 100 FOLHAS	PCT	200	400	30,50	12.200,00
142	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO. EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA DE ONDA BIFÁSICA, NÃO PESANDO MAIS QUE 2,4KG. DEVE IDENTIFICAR E INTERPRETAR AUTOMATICAMENTE O TRAÇADO DO ECG DO PACIENTE ATRAVÉS DE PÁS ADESIVAS MULTIFUNÇÕES, DESCARTÁVEIS E AUTOADERENTES, COM CABO DE CONEXÃO UNIVERSAL. CAPACIDADE PARA DESFIBRILAÇÃO PEDIÁTRICA, COM DESCARGA DE ENERGIA REDUZIDA EM NO MÁXIMO 50J, E PARA PACIENTE ADULTO, COM ENERGIA DE NO MÁXIMO 200J. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR INDICADORES DE STATUS DA BATERIA, MANUTENÇÃO, VERIFICAÇÃO DAS PÁS, COLOCAÇÃO DAS PÁS, BOTÃO DE CHOQUE E MODO CRIANÇA. MEMÓRIA INTERNA PARA NO MÍNIMO 3 REGISTROS DE ECG DE AO MENOS 30 MINUTOS CADA, COM ANOTAÇÕES PARA UM REGISTRO. COMANDO DE VOZ EM PORTUGUÊS PARA AUXILIAR O SOCORRISTA DURANTE TODO O CICLO DE RESSUSCITAÇÃO. SISTEMA DE AVISO SONORO E VISUAL PARA MANUTENÇÃO, BATERIA FRACA, VERIFICAÇÃO DA BATERIA, CIRCUITOS INTERNOS E CALIBRAÇÃO. CONSTRUÇÃO EM MATERIAL RESISTENTE A IMPACTOS E PADRÃO DE RESISTÊNCIA IP55. BATERIA DE FÁCIL E RÁPIDA TROCA, SEM NECESSIDADE DE FERRAMENTAS, COM VIDA ÚTIL DE NO MÍNIMO 200 CHOQUES, 4 ANOS NO MODO ESPERA E 7,5 HORAS DE MONITORAÇÃO DE ECG. TEMPO DE INICIALIZAÇÃO ATÉ ESTAR PRONTO PARA REALIZAR UMA DESCARGA DE 200J, NÃO DEVE ULTRAPASSAR 10 SEGUNDOS. AUTOTESTE DIÁRIO E MENSAL. COMUNICAÇÃO BLUETOOTH, INFRAVERMELHO OU WI-FI PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS. GARANTIA DE NO MÍNIMO 5 ANOS, COMPROVADA EM MANUAL DA ANVISA E REGISTRO NA ANVISA. ACESSÓRIOS INCLUSOS: 1 BATERIA DESCARTÁVEL; 1 PAR DE PÁS DESCARTÁVEIS ADULTO/PEDIÁTRICA E 1 MANUAL DO OPERADOR	UND	3	30	6.716,00	201.480,00
143	MALA EM POLIETILENO REFORÇADO PARA ULTRASSON MINDRAY Z66, PARA 4 TRANSDITORES, COM BLOCO DE ESPUMA, CARRILHO TUBULAR EMBUTIDO E 04 RODAS GIRATÓRIAS	UND	1	2	4.968,82	9.937,64
144	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM, UTILIZADO PARA TRANSMISSÃO ULTRASSÔNICA EM APARELHOS DE	UND	25	100	19,46	1.946,00

	ULTRASSONOGRRAFIA, 2KG					
145	KIT REFIL DE TINTA EPSON ECO TANK L4260, 4 CORES (BLACK COM 127 ML, CYAN, MAGENTA E YELLOW COLORIDAS COM 70ML)	KIT	30	50	107,58	5.379,00
146	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ACUPUNTURA 0,25X30. CAIXA COM 1000 AGULHAS. UTILIZADA EM TERAPIAS INTEGRATIVAS COMO DRY NEEDLING E ACUPUNTURA	CX	10	20	147,94	2.958,80
147	HAND GRIP MÉDIO SLBS/ 2,27KG. COM 3 INTENSIDADES, PARA FORTALECIMENTO DOS DEDOS, MÃOS E ANTEBRAÇOS; PERMITE TRABALHAR CADA DEDO ISOLADAMENTE EM UMA MOLA INDIVIDUAL OU TODOS OS DEDOS E TAMBÉM PROMOVE A ESTABILIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PUNHO	UND	1	2	40,11	80,22
148	MASSAGEADOR ELÉTRICO PISTOLA, USADO EM FISIOTERAPIA. EQUIPADO COM 4 TIPOS DE CABEÇAS DE MASSAGEM; PODE SER COMUTADA, CABEÇAS DE MASSAGEM PERSONALIZADA SUAVES; A CABEÇA DE MASSAGEM PADRÃO É ADEQUADA PARA PEQUENOS GRUPOS MUSCULARES; A GRANDE CABEÇA DE MASSAGEM É ADEQUADA PARA GRANDES GRUPOS MUSCULARES; BATERIA DE LÍCIO DE 12V 2000MAH; 1,5 HORA DE CARREGAMENTO, ATÉ 5 HORAS DE USO; 6 VELOCIDADES DE DESLOCAMENTO AJUSTÁVEIS. ESPECIFICAÇÕES: ENTRADA DE TENSÃO 100-240V 50/60HZ; TENSÃO 7-12V AC/1A; MATERIAL PP + ABS; MATERIAL DA CABEÇA DE MASSAGEM PP; CAPACIDADE 2000MAH; HORAS DE TRABALHO 4-5 HORAS; MODO DE COMUTAÇÃO INTERRUPTOR DUPLO; FORÇA 6 ENGENHAGENS LED AJUSTÁVEL; VELOCIDADE SEM CARGA ATÉ 3600R/MIN (NÍVEL 1: 2100R/MIN, NÍVEL 2: 2400R/MIN, NÍVEL 3: 2700R/MIN, NÍVEL 4: 3000/MIN, NÍVEL 5: 3300/MIN, NÍVEL 6: 3600/MIN); PESO 1,5 KG; DIMENSÃO 21,8 X 22 X 6 CM	UND	1	2	535,82	1.071,64
149	KIT COM 3 UNIDADES DE FAIXA ELÁSTICA; COMPOSIÇÃO TPE; PROMOVE TREINOS DE FORTALECIMENTO MUSCULAR; POSSIBILITA A POTENCIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS	KIT	3	5	104,66	523,30
150	BOLSA TÉRMICA COMPRESSA QUENTE/FRIA; SAQUINHO GELO; FLEXÍVEL; REUTILIZÁVEL; TAMPA DE ROSCA; TAMANHO 15 CM; TECIDO FLEXÍVEL	UND	10	20	28,91	578,20
151	BOLSA TÉRMICA GEL; GRANDE QUENTE/FRIA; MOLDA-SE AO CORPO; PESO 0,35 KG	UND	5	20	21,64	432,80
152	SOLENOIDE TÚNEL PARA MAGNETOTERAPIA PARA TRATAMENTO EM EXTREMIDADES (BRAÇOS E PERNAS). DIMENSÕES 0,59 X 0,47 X 0,37CM	UND	1	2	1.554,67	3.109,34
153	KIT COM 4 UNIDADES DE ELETRODOS DE SILICONE CONDUTIVO 5X3	KIT	10	20	178,67	3.573,40
154	FITA CREPE 18MM X 50M	UN	50	100	10,00	1.000,00
155	ESTETOSCÓPIO DIGITAL COM ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE; TELA COLORIDA E CAPTURA DE ECG DE 3 DERIVAÇÕES; BATERIA RECARREGÁVEL POR ATÉ 60 HORAS; DE USO CLÍNICO REGULAR; DETECÇÃO DE SOPRO E AFIB; AUDIÇÃO SEM FIO POR MEIO DE DISPOSITIVOS HABILITADOS PARA BLUETOOTH; PERMITE O USO DO ESTETOSCÓPIO COM OU SEM O FONE DE OUVIDO FORNECIDO	UND	5	10	5.522,39	55.223,90
156	TAPETE COLCHONETE PARA EVA, PILATES, 1M X 0,50CM X 10MM. MATERIAL ACETATO VINILO DE ETILENO; PESO 250 GRAMAS	UND	15	60	36,49	2.189,40
157	TAPETE COLCHONETE PARA EVA PILATES, 1,80M X 0,50CM X 10MM. MATERIAL ACETATO VINILO DE ETILENO; PESO 250 GRAMAS	UND	15	60	87,67	5.260,20
158	COLCHONETE FUTON COLCHÃO SOLTEIRO DOBRÁVEL ENROLÁVEL DECORATIVO ALMOFADA CORES MACIO ACAMPAMENTO	UND	1	5	112,50	562,50
159	MACA DOBRÁVEL (VIRA MALETA), DUAS ALÇAS, PÉS COM REGULAGEM DE ALTURA, ALTURA 62-86CM / LARGURA 70-90CM / COMPRIMENTO 186-216CM	UND	1	3	732,83	2.198,49
160	CINTO DE MULLIGAN MAITLAND, PRODUTO ESPECIALIZADO PARA TERAPIAS MANUAIS, IDEAL PARA PROFISSIONAIS DE	UND	1	10	65,42	654,20

	FISIOTERAPIA E OSTEOPATIA. COMPRIMENTO DE 2.3 M E LARGURA DE 5 CM					
161	KIT COM 5 INSTRUMENTOS DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL (1 SOCO, 1 SOCO ANATÔMICO, 1 GANCHO, 1 PONTO GATILHO E 1 BASTÃO)	KIT	1	10	563,33	5.633,30
162	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA (SISTEMA TETRAPOLAR DE 8 ELETRODOS BIOIMPEDÂNCIÔMETRO MULTIFREQUENCIAL SEGMENTAR DSM BIA). AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL: PESO TOTAL, MASSA MUSCULAR, % GORDURA, TAXA METABÓLICA BASAL, GORDURA VISCERAL, ESTIMATIVA DE GORDURA SEGMENTAR, GRAU DE OBESIDADE, CÓDIGO QR PARA ACESSO À INTERPRETAÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TAMANHO 392L X 434P X 55A; COR BRANCA; DISPLAY LCD 48X54; PESO DO EQUIPAMENTO 4,3KG; BALANÇA DIGITAL INCORPORADA, QUE GERA FOLHA DE RESULTADOS EM FORMATO A4 NA TELA DO COMPUTADOR ATRAVÉS DO SOFTWARE. FAIXA DE IDADE 3 A 99 ANOS; FAIXA DE PESO 10 A 180KG; FAIXA DE ALTURA 50-250CM; INTERFACE EXTERNA VIA BLUETOOTH	UND	1	3	879,76	2.639,28
163	BALANÇA ELETRÔNICA ADULTO W 200 A, CAPACIDADE MÁXIMA 200KG, DIVISÕES DE 100G, RÉGUA ANTROPOMÉTRICA COM ESCALA DE 2,00 M EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM DIVISÃO DE 0,5 CM, DISPLAY LED COM 6 DÍGITOS DE 14,2 MM DE ALTURA E 8,1 MM DE LARGURA, PLATAFORMA 340 X 390 MM, ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO, PINTURA POLIÉSTER A PÓ NA COR BRANCA, TAPETE ADESIVO EM PVC, PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA, FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO, FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA, HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM. PESO BRUTO 12,400 KG, PESO LÍQUIDO 10,900 KG, ALTURA (CM) 125, LARGURA (CM) 35, COMPRIMENTO (CM) 51, VOLUME (M³) 0,2231.	UND	1	5	1.578,33	7.891,65
164	ESTADIOMETRO PORTATIL BASE E PEÇAS EM ABS LEVE E ALTAMENTE RESISTÍVEL AFERIÇÃO 20CM A 210 CM / GRADUAÇÃO 0,1 CM / PESO APROXIMADO 2,6 KG / DIMENSÕES SEM CAIXA LARG 36CM X COMP 67 X ALT 13CM / COR BASE PRETO / COR MEDIDOR DE ALTURA CINZA / COR DA RÉGUA BRANCA / ESTABILIZADOR PARA ENCOSTAR NA PAREDE PROPORCIONANDO MAIOR ESTABILIDADE À REGUA DE MEDIÇÃO.	UND	1	4	281,67	1.126,68
165	ADIPOMETRO CLINICO. AMPLITUDE DE LEITURA (NORMALMENTE ENTRE 60 E 80 MM), RESOLUÇÃO (EM MILÍMETROS, COM MODELOS CIENTÍFICOS OFERECENDO DÉCIMOS DE MILÍMETRO), E PRESSÃO DAS MOLAS (CONSTANTE, COMO 10G/MM² OU 9,8G/MM²), FABRICADOS EM ALUMÍNIO E SEM PARAFUSOS, CERTIFICAÇÃO DA ANVISA E UM LAUDO DE CALIBRAÇÃO PARA GARANTIR A QUALIDADE E PRECISÃO DAS MEDIÇÕES.	UND	1	5	94,28	471,40
166	TRENA ANTROPOMÉTRICA INELÁSTICA DE FIBRA DE VIDRO OU AÇO, COM COMPRIMENTO DE 1,5M A 2M, QUE MEDEM CIRCUNFERÊNCIAS E PERÍMETROS CORPORAIS, OFERECENDO LEITURA EM MILÍMETROS. CARACTERIZAM-SE POR SEREM MALEÁVEIS, POSSUÍREM TRAVA OU RETRAÇÃO AUTOMÁTICA PARA FIXAÇÃO DA FITA, ESTOJO DE ABS, E ALGUNS MODELOS INCLUEM UM DISCO DE IMC PARA CÁLCULO RÁPIDO DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL.	UND	1	5	23,00	115,00
167	DINAMÔMETRO DIGITAL ALTA PRECISÃO NA MEDIDA DE FORÇA, CAPTURA AUTOMÁTICA DA FORÇA MÁXIMA, ARMAZENAMENTO E RELEITURA DE RESULTADOS PARA DIFERENTES USUÁRIOS, DESIGN ERGONÔMICO, MANIVELA AJUSTÁVEL E SENSOR DE FORÇA DE ALTA PRECISÃO. DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD) PARA FÁCIL VISUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS. UNIDADE DE MEDIDA (KG/LB), CAPACIDADE MÁXIMA (90KG/198LB), DIVISÃO (0.1KG/0.2LB), ALIMENTAÇÃO (2 X 1.5V BATERIAS AAA), EXATIDÃO (+/- 0.5KG/1LB), AMBIENTE DE OPERAÇÃO (TEMPERATURA 0-35°C; UMIDADE RELATIVA=30-90%) E PESO (319G), ALÉM DAS DIMENSÕES (19,5 X 12,3 X 3 CM).	UND	1	4	113,76	455,04
168	MALETA DE AVALIAÇÃO FÍSICA DESENVOLVIDA EM NYLON COM PROTEÇÃO EM ESPUMA E FORRO DE ACABAMENTO.	UND	1	2	187,25	374,50

	COMPARTIMENTO EXCLUSIVO PARA NOTEBOOK/TABLET, ESTADIÔMETRO, BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA, TRENA ANTROPOMÉTRICA, MONITOR DE GORDURA, ADIPÔMETRO.					
169	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE, TAMANHO ÚNICO, DEVIDADEMENTE APROVADO, NOS TERMOS DA NR6	UND	15	30	20,85	625,50
170	SCALP 23G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2	59,10	118,20
171	SCALP 25G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2	49,15	98,30
172	SCALP 27G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2	58,33	116,66
VALOR TOTAL R\$						R\$ 528.109,37

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

1.2.1. Órgão Gerenciador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA A ADQUIRIR	QUANTIDADE TOTAL
1	SUGADOR ODONTOLÓGICO, PRODUTO DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO, CONFECCIONADO COM MATERIAL ATÓXICO...	PCT	10	30
2	ÁCIDO GEL 37% FOSFÓRICO, EMBALAGEM EM BLISTER COM 3 SERINGAS DE 2,5ML	UND	5	20
3	MÁSCARA DESCARTÁVEL BRANCA, TRIPLA, ANTIALÉRGICA, ATÓXICA COM 50 UNIDADES	CX	100	350
4	BABADOR ODONTOLÓGICO CONTENDO 100 UNIDADES	CX	5	10
5	PRENDEDOR DE GUARDANAPO CONFECCIONADO EM CORRENTE COM ELOS TRANÇADOS NO TAMANHO DE 45 CM...	UND	1	5
6	ADESIVO DENTINÁRIO ADPER SINGLE BOND 2	UND	5	10
7	MICROBRUSH (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PCT	15	25
8	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO LIDOCAÍNA 3% COM VASOCONSTRITOR...	UND	5	10
9	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3%...	UND	1	3
10	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA CURTA 30G, 22MM...	CX	1	5
11	AGULHA GENGIVAL PARA ANESTESIA ODONTOLÓGICA LONGA, 27G...	CX	2	5
12	ANESTÉSICO PARA USO ODONTOLÓGICO BENZOTOP TUTTI FRUTTI...	UND	1	6
13	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 13 FIOS, PACOTE C 500 UND	PCT	6	20
14	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70%, 1 LITRO	UND	300	1000
15	ROLO AUTO SELANTE 150MM X 100M, PARA ENVELOPAR INSTRUMENTAIS	UND	1	10
16	FIO DE SUTURA (CAIXA COM 24 ENVELOPES) NYLON 3 0 1/1CÍRCULO...	CX	1	3

17	PASTA PROFILÁTICA SEM ÓLEO DE 90GR COM FLÚOR, MENTA.	UND	10	15
18	ÓLEO LUBRIFICANTE ALTA ROTAÇÃO, 200ML, COM BICO DOSADOR...	UND	1	3
19	ÓLEO LUBRIFICANTE BAIXA ROTAÇÃO, 200 ML, COM BICO DOSADOR...	UND	1	3
20	OBTURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL 20G, PARA REALIZAÇÃO DE CURATIVOS	UND	1	5
21	PAPEL CARBONO ODONTOLÓGICO PARA REGISTRO DE OCLUSÃO...	CX	5	10
22	TIRA ABRASIVA DE POLIÉSTER PARA POLIMENTO, CAIXA COM 150 UNIDADES	CX	1	5
23	TIRA AIRON DE AÇO, 4MM, CAIXA COM 12 UNIDADES...	CX	1	5
24	TIRA AIRON POLIÉSTER, PARA SEPARAÇÃO DENTÁRIA, CX. COM 12 UNID.	CX	1	5
25	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA... COR C 2	UND	1	5
26	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA... COR UNIVERSAL	UND	1	5
27	RESINA DE REPOSIÇÃO PARA RESTAURAÇÃO DENTARIA RADIOPACA... COR C 3	UND	1	5
28	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A1, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5
29	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5
30	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G Z100	UND	1	5
31	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A3 5, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5
32	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR A 4, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5
33	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B2, EMBALAGEM SERINGA COM 4G. Z100	UND	1	5
34	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL COR B3, EMBALAGEM SERINGA COM 4G	UND	1	5
35	IONÔMETRO DE VIDRO PARA FORRO DE CAVIDADES...	UND	1	5
36	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE	UND	10	20
37	AVENTAL DESCARTÁVEL DE MANGAS LONGAS, CAIXA COM 100 UN	CX	25	100
38	TOUCA DESCARTÁVEL CX. C/100 UNID SANFONADA, NA COR BRANCA	CX	20	100
39	BROCA ODONTOLÓGICA CARBIDE CA 1	UND	1	5
40	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1014	UND	10	15
41	BROCA CARBIDE FG 2	UND	2	5
42	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 KG FG 1...	UND	2	5
43	BROCA DIAMANTADA ESTERILIZADA 1012 ZEEP...	UND	10	20
44	BROCA OU PONTA DIAMANTADA 1015...	UND	15	30
45	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1016	UND	15	30
46	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO SOFLEX 1/2...	CX	1	5
47	PONTA ENHANCE SORTIDO...	CX	1	5

48	BROCA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 10014HL	UND	5	10
49	BROCA OU PONTA DIAMANTADA, ESTERILIZADA 1012...	UND	5	10
50	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADAS Nº 1013...	UND	20	30
51	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1111F...	UND	15	30
52	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1190EF...	UND	10	20
53	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200F...	UND	10	20
54	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 2200EF	UND	10	20
55	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118EF.	UND	10	20
56	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3118F...	UND	10	20
57	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3138F...	UND	6	12
58	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA 3168...	UND	5	10
59	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3168EF...	UND	5	10
60	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 3195F...	UND	6	12
61	BROCA DIAMANTADA, ESTERELIZADA Nº 1191F...	UND	6	15
62	CAPAS DESCARTÁVEIS PARA SERINGA TRÍLICE...	UND	1	5
63	PINÇA ANATÔMICA PONTA FINA (14CM)...	UND	10	20
64	MATRIZ EM AÇO INOX PARA RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA...	UND	5	15
65	CABO PARA ESPELHO BUCAL INOX	UND	5	20
66	ESPELHO BUCAL Nº 05	UND	5	20
67	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO PARA PROCEDIMENTO DE RESTAURAÇÃO PUSH BUTTON	UND	1	4
68	FLUGEL	FLÚOR NEUTRO GEL	200 ML...	UND
69	DISCO DE LIXA PARA POLIMENTO DE RESINA E ACABAMENTO. CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	1	5
70	FÓRCEPS ADULTO Nº 150	UND	1	5
71	FÓRCEPS ADULTO Nº 151	UND	1	5
72	FÓRCEPS ADULTO Nº 17	UND	1	5
73	FÓRCEPS ADULTO Nº 18R	UND	1	5
74	FÓRCEPS ADULTO Nº 18L	UND	10	15
75	SONDA EXPLORADORA Nº 5...	UND	10	20
76	KIT ALAVANCA SELDIN KIT COM 3 UNIDADES...	KIT	1	5
77	ALAVANCA SELDIN RETA 2 ADULTO	UND	1	5
78	ALGODAO ROLETE 100UN PACOTE COM 100 UNIDADES...	PCT	25	50
79	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 22G...	CX	1	2
80	CATÉTER VENOSO PERIFÉRICO FLEXÍVEL "ABOCATH" Nº 24G...	CX	1	2
81	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DE LÁTEX, TAMANHO 7,5	CX	1	5
82	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL, AUTOMÁTICO PARA BRAÇO...	UND	15	30
83	SORO RINGER LACTATO 250 ML...	UND	10	50
84	SORO FISIOLÓGICO A 0,9% BOLSA 250ML	UND	50	100
85	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML COM AGULHA 25X0,7...	CX	1	2

86	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML COM AGULHA...	CX	1	2
87	SERINGA DESCARTÁVEL 20 ML COM AGULHA	CX	1	2
88	SERINGA DESCARTÁVEL COM AGULHA 3ML	CX	1	3
89	GARROTE PREMIUM, FECHO EM PVC...	UND	1	10
90	ATADURA CREPE... 10 CM DE LARGURA...	UND	5	10
91	ATADURA CREPE... 15 CM DE LARGURA...	UND	10	15
92	ALMOTILIA BICO RETO 500 ML, TRANSPARENTE	UND	5	30
93	ALGODÃO EM BOLAS CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO...	PCT	30	50
94	ABAIXADOR DE LÍNGUA EM MADEIRA DESCARTÁVEL...	PCT	10	50
95	TIRAS REAGENTES PARA AFERIÇÃO DE ÍNDICE GLICÊMICO...	PCT	50	200
96	APARELHO MEDIDOR DE GLICOSE DIGITAL...	UND	10	10
97	ÁLCOOL GEL 70º INPM, 500ML	UND	10	100
98	FITA MÉTRICA DE 1,5 METROS PARA AVALIAÇÃO DE MEDIDAS	UND	5	30
99	EQUIPO DE INFUSÃO MACROGOTAS COMPLETO PCT COM 50 UNI	PCT	2	6
100	TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL	UND	15	30
101	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL TAMANHO G...	UND	30	100
102	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M...	UND	200	400
103	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P...	UND	100	200
104	LENÇOL HOSPITALAR DE TNT DESCARTÁVEL PARA MACA...	UND	10	30
105	ROLO LENÇOL DE PAPEL HOSPITALAR 70CM X 50M...	CX	30	50
106	PANOS MULTIUSO PERFEX 20X40CM ROLO 240M...	UND	5	10
107	MESA ELÉTRICA PARA EXAMES...	UND	1	2
108	LENÇO DE PAPEL FACIAL DUPLOS CAIXA COM 100 UNI	CX	25	50
109	FIXADOR CITOLÓGICO...	UND	2	5
110	CURATIVO ANTISSEPTICO PARA USO NA SUPERFÍCIE DA PELE...	CX	10	50
111	CURATIVO ADESIVO REDONDO UTILIZADO NA SUPERFÍCIE DA PELE...	PCT	5	10
112	ÁGUA OXIGENADA 10V, EMBALAGEM DE 1 LITRO	FRASCO	1	5
113	CLOREXIDINA GEL 2X3 GRAMAS, COM 1 LITRO	UND	2	3
114	ANTISSEPTICO TÓPICO DA PELE E MUCOSA A BASE DE IODOPOVIDONA...	UND	2	5
115	RECIPIENTE PLASTICO COM TAMPAS, DE 15 LITROS	UND	5	10
116	RECIPIENTE PLASTICO COM TAMPAS, 05 A 07 LITROS	UND	2	5
117	ESFIGMOMANÔMETRO MEDIDOR DE PRESSÃO	UND	6	15
118	ESTETOSCÓPIO, COR PRETO...	UND	6	15
119	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10 ML DESTILADA ESTÉRIL...	CX	1	2
120	FRASCO BORRIFADOR PLÁSTICO 500 ML	UN	50	100
121	PAPEL TOALHA PACOTE COM 2 ROLOS DE 60 TOALHAS...	PCT	500	1000
122	KIT PAPANICOLAU COM UMA ESPÁTULA DE AYRES...	KIT	150	300
123	RÉGUA ANTROMÉTRICA PEDIÁTRICA	UN	3	6
124	AGULHA DESCARTAVEL 40X12 MM CX COM 100 UN	CX	1	1

125	AGULHA DESCARTAVEL 25X7 MM CX COM 100 UN	CX	1	2
126	LÂMINA DE BISTURI N° 10 CX COM 100 UN	CX	2	5
127	LÂMINA DE BISTURI N° 11 CX COM 100 UN	CX	2	5
128	LANTERNA CLINICA LED	UND	6	10
129	TESTE SOROLÓGICO PARA COVID 19 (SWAB)	UND	250	500
130	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ... TAMANHO P	CX	50	100
131	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ... TAMANHO M	CX	100	200
132	LUVA DE LÁTEX (LUVA DE PROTEÇÃO) COM PÓ... TAMANHO G	CX	30	50
133	CAIXA TÉRMICA 18 LITROS	UND	2	4
134	OTOSCÓPIO DIGITAL COM PINÇA ROBÓTICA...	UND	1	2
135	OTOSCÓPIO FIBRA ÓTICA COM ESTOJO RÍGIDO...	UND	3	5
136	BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA 200KG...	UND	3	5
137	BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL ELETÔNICA, 15KG...	UND	2	3
138	NEGATOSCÓPIO ULTRA SLIM TELERRADIOGRÁFICO...	UND	3	5
139	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO PARA ULTRASSOM...	CX	5	10
140	MACA DOBRÁVEL PORTÁTIL, COR PRETA...	UND	1	2
141	PAPEL FOTOGRÁFICO BRANCO BRILHANTE A4...	PCT	200	400
142	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO...	UND	3	30
143	MALA EM POLIETILENO REFORÇADO PARA ULTRASSON MINDRAY Z66...	UND	1	2
144	GEL CONDUTOR PARA ULTRASSOM...	UND	25	100
145	KIT REFIL DE TINTA EPSON ECO TANK L4260...	KIT	30	50
146	AGULHA DESCARTÁVEL PARA ACUPUNTURA 0,25X30...	CX	10	20
147	HAND GRIP MÉDIO SLBS/ 2,27KG...	UND	1	2
148	MASSAGEADOR ELÉTRICO PISTOLA, USADO EM FISIOTERAPIA...	UND	1	2
149	KIT COM 3 UNIDADES DE FAIXA ELÁSTICA...	KIT	3	5
150	BOLSA TÉRMICA COMPRESSA QUENTE/FRIA...	UND	10	20
151	BOLSA TÉRMICA GEL; GRANDE QUENTE/FRIA...	UND	5	20
152	SOLENOIDE TÚNEL PARA MAGNETOTERAPIA...	UND	1	2
153	KIT COM 4 UNIDADES DE ELETRODOS DE SILICONE CONDUTIVO 5X3	KIT	10	20
154	FITA CREPE 18MM X 50M	UN	50	100
155	ESTETOSCÓPIO DIGITAL COM ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE...	UND	5	10
156	TAPETE COLCHONETE PARA EVA, PILATES, 1M X 0,50CM X 10MM...	UND	15	60
157	TAPETE COLCHONETE PARA EVA PILATES, 1,80M X 0,50CM X 10MM...	UND	15	60
158	COLCHONETE FUTON COLCHÃO SOLTEIRO DOBRÁVEL...	UND	1	5
159	MACA DOBRÁVEL (VIRA MALETA)...	UND	1	3
160	CINTO DE MULLIGAN MAITLAND...	UND	1	10
161	KIT COM 5 INSTRUMENTOS DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL...	KIT	1	10
162	APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA...	UND	1	3

163	BALANÇA ELETRÔNICA ADULTO W 200 A...	UND	1	5
164	ESTADIOMETRO PORTATIL BASE E PEÇAS EM ABS...	UND	1	4
165	ADIPOMETRO CLINICO...	UND	1	5
166	TRENA ANTROPOMÉTRICA INELÁSTICAS...	UND	1	5
167	DINAMÔMETRO DIGITAL ALTA PRECISÃO...	UND	1	4
168	MALETA DE AVALIAÇÃO FÍSICA...	UND	1	2
169	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE...	UND	15	30
170	SCALP 23G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2
171	SCALP 25G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2
172	SCALP 27G CAIXA COM 100 UN	CX	1	2

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar [H17558], cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e normativos correlatos, por se tratar de itens estritamente necessários ao desempenho das atividades finalísticas e de apoio do Tribunal de Justiça.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente da licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, admitida a prorrogação por igual período, uma única vez, mediante demonstração de vantajosidade, perfazendo um total máximo de 24 (vinte e quatro) meses. Os contratos dela derivados terão sua vigência em conformidade com as disposições do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

1.5.1 O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que os materiais de consumo médico-hospitalar, odontológico, de fisioterapia, psicológicos, de expediente e de conservação documental são essenciais e demandados de forma ininterrupta para a manutenção dos serviços de saúde prestados pela Coordenação de Bem-Estar e Saúde (COBES) e para as atividades de gestão e preservação do acervo da Coordenadoria de Gestão de Memória e Arquivos (COGMA). A interrupção no fornecimento desses itens impactaria diretamente na continuidade e na qualidade dos serviços prestados a magistrados, servidores e dependentes, bem como na preservação da memória institucional, justificando a necessidade de suprimento contínuo e a vigência plurianual, conforme se detalha no Estudo Técnico Preliminar [H17558].

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação, a justificativa da necessidade, a demonstração dos resultados pretendidos e o detalhamento dos quantitativos estimados encontram-se pormenorizados em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares nº 3145/2025 [H17558], que constitui apêndice deste Termo de Referência e parte integrante do processo administrativo nº 2025-424.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: PNCP 04034872000121-0-000006/2025;

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 29/01/2025;

2.2.3. Id do item no PCA: 74, 76, 7;

2.2.4. Classe/Grupo: 421 - MATERIAL HOSPITALAR MAT. CONSUMO; 400 - MATERIAL DE EXPEDIENTE MAT. CONSUMO; e 445 - MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS MATERIAL PERMANENTE.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, incluindo a análise comparativa de viabilidade entre compra e locação de bens permanentes, a justificativa técnica e econômica pela escolha da aquisição via Sistema de Registro de Preços, e a análise de ciclo de vida dos produtos, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 3145/2025 [H17558], apêndice deste Termo de Referência. A solução consiste na aquisição parcelada e sob demanda dos 172 itens listados, garantindo o abastecimento contínuo das unidades requisitantes (COBES e COGMA) de forma a otimizar a gestão de estoques, evitar desperdícios e assegurar a disponibilidade de insumos essenciais para a continuidade dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas diretrizes apresentadas no Estudo Técnico Preliminar [H17558]:

4.1.1.1. Priorização de materiais produzidos com insumos reciclados ou recicláveis;

4.1.1.2. Apresentação, sempre que possível, de produtos com certificações ambientais reconhecidas;

4.1.1.3. Comprovação de que os processos produtivos minimizem impactos ambientais, como a redução do consumo de água e energia;

4.1.1.4. Utilização de embalagens reduzidas, preferencialmente recicláveis, que garantam a integridade do produto; e

4.1.1.5. Fornecimento de bens que apresentem durabilidade e, quando aplicável, possibilidade de reaproveitamento, visando a redução da geração de resíduos.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Na presente contratação, a indicação de marcas ou modelos específicos em determinados itens, tais como "ADPER SINGLE BOND 2", "Z100", "COLTOSOL", "ULTRASSON MINDRAY Z66", "EPSON ECO TANK L4260", entre outros, conforme consta na tabela do item 1.1, serve exclusivamente como parâmetro de qualidade, desempenho e compatibilidade com equipamentos preexistentes no Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Em conformidade com o art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, serão admitidas propostas de produtos de outras marcas, desde que de qualidade e

características comprovadamente equivalentes ou superiores, cuja avaliação ficará a cargo da área técnica deste Tribunal. A eventual necessidade de comprovação de equivalência será solicitada durante a fase de julgamento das propostas.

4.3. Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1. Não se aplica à presente contratação.

4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não será exigida a apresentação de amostras para a presente contratação, sem prejuízo da possibilidade de a Administração realizar diligências para verificar a conformidade dos produtos ofertados com as especificações exigidas.

4.5. Da exigência de carta de solidariedade

4.5.1. Não se aplica à presente contratação.

4.6. Subcontratação

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, dado que o fornecimento dos bens é a obrigação principal e não comporta divisão de responsabilidade perante a Administração.

4.7. Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar [H17558], que apontam para o baixo risco associado ao objeto, a natureza fracionada das entregas sob demanda, a inexistência de histórico que demonstre a necessidade de tal medida e o fato de que a exigência de garantia poderia onerar a contratação e prejudicar a obtenção de propostas mais vantajosas.

4.8. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8.1. Não se aplica à presente contratação.

4.9. Margem de Preferência

4.9.1. Não se aplica à presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O fornecimento dos bens ocorrerá de forma parcelada, mediante requisição formal da Administração por meio de Ordem de Fornecimento. O prazo de entrega de cada parcela é de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento pela Contratada.

5.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

5.1.3. Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, localizado no seguinte endereço: Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde, CEP 69.915-631, Rio Branco - AC, em dias úteis, no horário das 07h00 às 14h00.

5.1.4. No caso de produtos perecíveis, especialmente os de uso médico, odontológico e laboratorial, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do

prazo total de validade recomendado pelo fabricante.

5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens permanentes, complementar à garantia legal estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante, sob sua inteira responsabilidade.

5.2.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas, devendo a assistência técnica estar disponível no país.

5.2.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias para o pleno funcionamento do equipamento.

5.2.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais do fabricante, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.7. Uma vez notificado pela Administração, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, expressamente aceita pelo Contratante.

5.2.9. Na hipótese de a reparação exigir prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos, sem ônus para a Administração.

5.2.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.2.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia (coleta e devolução) será de integral responsabilidade do Contratado.

5.2.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, preferencialmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, com confirmação de leitura.

6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para reuniões ou para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, visando o bom andamento da execução contratual.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Fiscalização

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, formalmente designados pela autoridade competente.

GESTOR: PATRÍCIA BETIOLO

FISCAL TÉCNICO: DALA MARIA CASTELO NOGUEIRA

FISCAL ADMINISTRATIVO: DIRCE OLIVEIRA TEODORO

6.7. Fiscalização Técnica

6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, notadamente quanto à conformidade dos bens entregues com as especificações técnicas, à qualidade, à quantidade, aos prazos de entrega e às condições de garantia, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção pela

Contratada.

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. Fiscalização Administrativa

6.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, o cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, acompanhará o empenho, o processo de pagamento, as garantias (se houver), as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais de natureza administrativa, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.10. Gestor do Contrato

6.10.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.1.1. Coordenar e comandar o processo de fiscalização da execução contratual, envolvendo os fiscais técnico e administrativo, consolidando as informações para uma visão completa da execução.

6.10.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades aplicadas, para constar no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo setor competente.

6.10.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das

atividades da Administração.

6.10.1.7. Encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como nas condutas dos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa**:

7.2.4.1. **Moratória**, para a infração descrita no item 7.1.4., de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias. O atraso superior a 20 (vinte) dias poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando o contratado a penalidades mais graves;

7.2.4.2. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no item 7.1.3., no percentual de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato;

7.2.4.3. **Compensatória**, para a inexecução parcial do contrato que cause grave dano, prevista no item 7.1.2., no percentual de 15% (quinze por cento) do valor total atualizado do contrato;

7.2.4.4. **Compensatória**, para a inexecução parcial do contrato, prevista no item 7.1.1., no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou executada em desacordo com as especificações;

7.2.4.5. **Compensatória**, para as condutas descritas nos itens 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, sem prejuízo das sanções de impedimento e declaração de inidoneidade.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação de qualquer sanção será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para o Contratante; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

7.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, atestado pelo fiscal do contrato.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências ou testes mais complexos para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, o fiscal do contrato promoverá o procedimento previsto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma desta seção, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução; o valor a pagar; e o eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras. Nestes casos, o prazo para pagamento será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, sem qualquer ônus para a Contratante.

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.3.2. No caso de atraso no pagamento pelo Contratante, por fato não imputável ao Contratado, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.4.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Cessão de Crédito

8.5.1. As cessões de crédito dependerão de prévia e expressa aprovação do Contratante.

8.5.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes aplicáveis, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.5.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.6. Reajuste

8.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.6.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**.

9.2. Forma de fornecimento

9.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado, realizado por demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será o valor unitário estimado para cada item, conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência. Propostas com valores superiores ao estimado para o item serão desclassificadas.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.2. Habilitação jurídica

9.4.2.1. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

9.4.2.3. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.2.4. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.2.5. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.2.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

9.4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

9.4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor; e

9.4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor.

9.4.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.4.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.4.4.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); e

9.4.4.3. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices descritos no subitem anterior, será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.4.5. Qualificação Técnica

9.4.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade e porte equivalentes ou superiores ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de materiais de consumo e/ou permanentes da área da saúde ou gestão documental.

9.5. Disposições gerais sobre habilitação

9.5.1. A verificação da habilitação será realizada, sempre que possível, por meio de consulta ao SICAF e aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores.

9.5.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo global aceitável, é de **R\$ 528.109,37 (quinhentos e vinte e oito mil e cento e nove reais e trinta sete centavos)**, conforme custos unitários e totais apostos no Mapa de Preços.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação padrão entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante da minuta de Contrato.

10.3. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas situações previstas no art. 85, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021, e na regulamentação aplicável.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, sob a responsabilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

11.2. A dotação prevista para a contratação segue o padrão institucional:

11.2.1. Gestão/unidade:

11.2.2. Fonte de recursos:

11.2.3. Programa de trabalho:

11.2.4. Elemento de despesa:

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio Branco-AC, 29 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA LUENA PRADO MAIA**, Subsecretária em
14/01/2026 às 09:49:18.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270BPHX.ZQAO.SEHJ.EZ5Y> e informe a chancela

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMERO/EXERCÍCIO

(Processo Administrativo nº .2025- 424)

O **Tribunal de Justiça do Estado do Acre**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.034.872/0001-21, situado na rua Desembargador Jorge Araken, BR 364, Km 02 - Via Verde, Bairro Distrito Industrial cidade de Rio Branco/Acre, CEP. 69.914-220, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Laudivon Nogueira**, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, considerando a homologação da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/...../200....., homologada em/...../20....., processo administrativo nº .2025-424, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de consumo e permanentes, compreendendo _____, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20...*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Código: _____.

Fornecedor: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____ Tel.: (____)_____, e-mail: _____ representada por _____, RG nº _____, SSP/____, CPF nº _____, vencedor dos itens/grupo _____.

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Valor Unit	Valor Total
Total geral							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANT

3.1. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça do Acre

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item

4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura e eficácia a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de

diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023 .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. São obrigações:

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com o contrato e seus anexos;
- 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e contrato;
- 10.1.3. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 10.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 10.1.7. Cientificar o Gestor para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ARP e do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.1.9. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11. OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

- 11.1. A empresa registrada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata, contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, quando couber, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.4. Comunicar ao contratante, no prazo de no mínimo 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

11.15. Assegurar que os produtos sejam novos, de primeiro uso, de fabricação recente e dentro do prazo de validade mínimo exigido, especialmente os de natureza médica, odontológica, hospitalar e farmacêutica.

11.16. Fornecer materiais em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança, observando as normas da ANVISA, INMETRO, ABNT e demais legislações pertinentes;

11.17. Apresentar, sempre que solicitado, catálogos, fichas técnicas, certificados de conformidade, laudos de ensaio ou registros de produtos junto aos órgãos competentes.

11.18. Responsabilizar-se por todas as despesas de transporte, seguro, embalagem, manuseio, frete e eventuais tributos até o recebimento definitivo pelo TJAC;

11.19. Garantir que o transporte de materiais sensíveis ou perecíveis seja realizado de modo a preservar suas propriedades e integridade, atendendo às normas sanitárias e técnicas aplicáveis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência: quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) Multa:

a) moratória de 1.% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite 30 de dias;

b) moratória de 1% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b1) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#),

para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

14. DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada eletronicamente pelas partes.

Data e assinaturas eletrônicas.

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>
------	--

do								
TR								
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unit	Prazo garantia ou validade



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA LUENA PRADO MAIA**, Subsecretária em 30/10/2025 às 15:18:19.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela XTYL.CDXM.HHSC.RN3B